

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XIX - N.º 3 / 2018

20 de fevereiro de 2018



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 20 de fevereiro de 2018

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

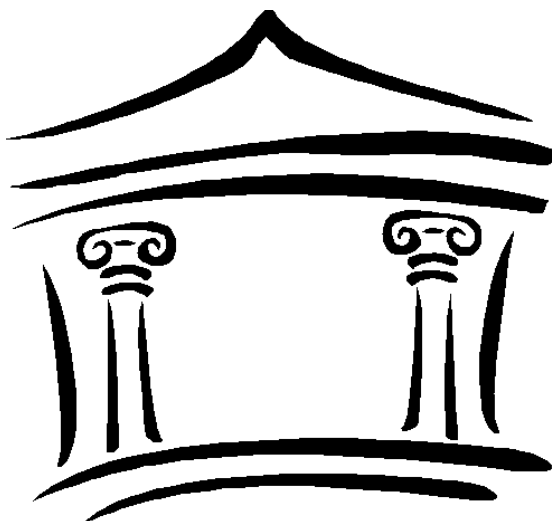
	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 7 de fevereiro de 2018	
Voto de Congratulação	7
Retirada de Ponto da Ordem de Trabalhos da presente reunião	8
Ata da 9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2017	9
Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, na categoria de técnico superior (área de arqueologia)	9
Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, na categoria de assistente operacional (tratador apanhador de animais)	9
Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de quatro postos de trabalho, na categoria de assistente operacional (nas áreas de pedreiro, pintor, serralheiro e carpinteiro)	9
Composição do Conselho Municipal de Educação de Odivelas - mandato autárquico 2017/2021	9
Regulamento do Fundo de Auxílio Social de Emergência (FASE) e subsequente revogação do Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas (FESMO)	11
Protocolos a celebrar com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho de Odivelas, no âmbito dos Piquetes de Primeira Intervenção, e Apoio às Associações e Corpos de Bombeiros	11
Protocolo de Parceria a celebrar entre o Município de Odivelas e a Associação Bandeira Azul da Europa - Fundação para a Educação Ambiental - ABAE/Fee, para o desenvolvimento do Programa Eco-Escolas no ano letivo 2017/2018 no concelho de Odivelas	23
Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Odivelas e a Federação Portuguesa de Atletismo	24
Aceitação da doação de uma obra intitulada “Ecce Homo 3”	28
Declaração de caducidade da licença de loteamento e respetivas obras de urbanização, referente ao local designado Borrachais, Terra Nova, na Pontinha	28
Substituição do meio de garantia da caução, prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 102, da Rua Augusto Amaral, lote 102 do Bairro do Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	29
Substituição do meio de garantia da caução, prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 618, da Rua Padre António Vieira, lote 618, do Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	29
1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 8 de fevereiro de 2018	
1.ª Revisão Orçamental 2018 - 3.ª Modificação Orçamental	29
Convento/Instituto de Odivelas - Cedência de Utilização ao Município de Odivelas	29
Retirada de ponto da Ordem de Trabalhos da presente Reunião	30
UNIDADES ORGÂNICAS	
DESPACHOS	30
EDITAIS	36
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	38



	Página
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 15 de fevereiro de 2018	
Recomendações	43
Votos de Congratulação	45
Voto de Pesar	47
Moção	47
Voto de protesto	48
Concurso Público para fornecimento de energia elétrica a instalações/equipamentos municipais e instalações de iluminação pública em regime de mercado livre	48
Redelimitação da UOPG-03-Nó Rodoviário Regional de Odivelas e da UOPG-02-Vertente a Sul de Odivelas	48
Designação de Representantes das Freguesias do Concelho de Odivelas para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta	50
Composição do Conselho Municipal de Educação de Odivelas - Mandato Autárquico 2017/2021	50
Retirada do ponto n.º 5 da Ordem de Trabalhos da presente Sessão	50



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 7 de fevereiro de 2018

DELIBERAÇÕES

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PME LÍDER 2017

“O Tecido Empresarial de Odivelas mantém a sua forte característica de empreendedor, sendo prova disso a atribuição do estatuto PME Líder 2017 a 57 empresas sediadas em Odivelas, por parte do **IAPMEI** - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

O Estatuto PME Líder concedido pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal, em parceria com alguns dos Bancos nacionais, é um selo de reputação que promove o reconhecimento público da qualidade de desempenho das empresas, com reforço de imagem e notoriedade no mercado.

Estas empresas, com estatuto PME Líder 2017 apresentam rácios de solidez financeira e de rentabilidade acima da média nacional, consolidação de resultados, e contributos ativos na criação de riqueza e de emprego, assumindo um papel determinante e impulsionador da economia do território onde se encontram sedeadas.

Neste contexto, expressamos o nosso reconhecimento e as mais sinceras felicitações a estas 57 empresas do Concelho de Odivelas, distinguidas pelo mérito e excelência do seu desempenho:

“PME’s 2017” – Distingue 57 empresas:

- ✓2KP - Lavagem de Veículos, Lda.
- ✓A Um - Equipamentos e Materiais de Escritório, Lda.
- ✓Ambigroup Resíduos, Sa
- ✓Amo Vida - Serviços Integrados de Saúde, Lda.

- ✓Angopeças Sociedade Comercial e Importadora de Peças, Lda.
- ✓Aplindústria - Aplicações Industriais, Lda.
- ✓AUTIELVOLT, Lda.
- ✓Autozitânia - Acessórios e Sobressalentes, S.A.
- ✓Autozitânia II - Veículos e Peças, S.A.
- ✓B. O. S., Lda.
- ✓Casa de Saúde e Repouso da Amoreira, S.A.
- ✓Casa de Saúde e Repouso Solar de Caneças, S.A.
- ✓Círculo Divinal - Ambulâncias, Unipessoal, Lda.
- ✓Clipouro - Comércio de Artigos de Papelaria, Informática e Desenho, Lda.
- ✓Ecofrio - Reparação e Montagem de Equipamento Hoteleiro, Lda.
- ✓El-Rei D. Dinis, Actividades Hoteleiras, Lda.
- ✓Ernesto Ribeiro Ferreira, Lda
- ✓Espaço Cuidar - Serviços e Apoios Integrados, Lda.
- ✓FARMACIA BROCHADO UNIPessoal, LDA
- ✓Fernandes Henriques & Santos - Sociedade de Exploração de Restaurantes, Lda.
- ✓Frutas Esteves, Lda.
- ✓Futuritalhos, Lda.
- ✓Gallus.Come - Actividades Hoteleiras, Lda.
- ✓Indusmelec - Material Eléctrico e Automatismos Industriais, Lda.
- ✓Infrasecur - Sistemas de Segurança, S.A.
- ✓J. C. Sampaio, Lda.
- ✓JMC - JOSÉ MARIA CARDOSO, LDA.
- ✓José Manuel Pinto Cavacas Alves, Unipessoal Lda.
- ✓JUVEX 3 - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, LDA.
- ✓Lança e Marques, Baterias e Acessórios, Lda.
- ✓Machorro e Filhos, Lda.
- ✓Micau - Indústrias Alimentares e Comércio Geral, S.A.
- ✓Mohsin & Iassine - Comércio de Collants, Lda.
- ✓Mosaico - Publicidade Unipessoal, Lda.



- ✓Odicar - Comércio de Automóveis, Peças e Acessórios, Lda.
- ✓Odifercol - Materiais de Construção, Lda.
- ✓Os Preguiças - Educação e Apoio Pedagógico, Lda.
- ✓Pastelaria Padaria Espigas de Odivelas, Lda.
- ✓Perfect Clean - Limpeza e Manutenção, Lda.
- ✓Piléu - Casa e Campo, Lda.
- ✓Real Panóplia - Produções Gráficas e Serviços de Envelopagem, Lda.
- ✓SAGHIR - CONSTRUÇÕES, PINTURAS E REVESTIMENTOS UNIPESSOAL, LDA.
- ✓SEBASTIAO ALMEIDA MARCELINO - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA
- ✓Simopeças - Peças e Componentes para Viaturas de Limpeza Urbana, Lda.
- ✓SIPERBA SOCIEDADE DE FARMACIA SA
- ✓Soandaimes - Sociedade de Andaimes, Lda.
- ✓Sociedade de Produtos Alimentares Jofer, Lda.
- ✓Sogaruop Sociedade Algarvia de Obras Publicas e Particulares Lda.
- ✓Soulima - Comércio de Peças, S.A.
- ✓Soupinto, Lda.
- ✓Supermercado Central Abel Alves, Lda.
- ✓Tabomil - Comércio de Utilidades Domésticas e Confeções, Lda.
- ✓Tavares & E. Faria Tavares - Ferragens e Ferramentas, Lda.
- ✓Tenmega Portugal, Cabos e Condutores, Lda.
- ✓Termiso-Isolamentos e Instalações Especiais, Lda.
- ✓Videlmáquina - Comércio de Máquinas, Lda.
- ✓Vidrofornense - Comércio e Indústria de Vidros e Espelhos, Lda.

Tendo presente o forte impacto que estas empresas têm no desenvolvimento local, o nosso desiderato é que a esta relação de empresas se juntem mais empresas, reconhecendo-se que, para tal objetivo, a autarquia pode e deve ter um contributo relevante. Nesta perspetiva e na senda da política que tem sido desenvolvida por esta Câmara, pretendemos incrementar e melhorar, se possível, alguns instrumentos de apoio ao tecido empresarial local, como são os casos da nossa política de isenção de Derrama, a Start In Odivelas, o Programa Mais Apoio,

Mais Emprego e as diversas ações de formação profissional promovidas e que ascenderam em 2017 a um total de 16.584 horas de formação, repartidas por 27 ações, perfazendo um total de 842 participantes.

O reforço da nossa intervenção junto dos agentes económicos locais passa não só pelo constante acompanhamento e atualização do conhecimento dos seus problemas e necessidades, com o contributo na procura de recursos e soluções, como também pela implementação de estratégias de apoio tendentes à expansão destas empresas, possibilitando e potenciando o interconhecimento dos agentes económicos locais, aspeto que pode ser facilitador de mecanismos de cooperação e de economia de escala.

Acreditamos que desta forma serão criadas sinergias tendentes à manutenção de um tecido empresarial sólido, com repercussões a vários níveis, como por exemplo a criação de emprego, aspeto que se mostra fundamental para fixar a população mais jovem no nosso concelho.

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Odivelas, na sua 3.ª Reunião Ordinária de 2018, delibera aprovar o presente voto de congratulação a estas empresas galardoadas, reconhecendo-se, assim, o seu esforço, dedicação e empenho no desenvolvimento económico do Concelho de Odivelas.”

(Apresentado pelo PS e aprovado por unanimidade)

Odivelas, 09 de fevereiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

RETIRADA DE PONTO

ATA

Retirada do ponto designado “Aprovação da Ata da 17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 09 de setembro de 2015”, da ordem de trabalhos da presente reunião.

(Aprovado por unanimidade)



ATAS

ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017

Ata da 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 3 de maio de 2017.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 3 de maio de 2017)

RECURSOS HUMANOS

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR

Autorização para abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, na categoria de técnico superior (área de arqueologia), com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para a Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas, nos termos da informação n.º Interno/2018/856, de 2018.01.19, sem prejuízo de alteração do enquadramento do lugar na Divisão de Cultura, no atual Mapa de Pessoal, de acordo com o proposto na referida informação.

(Aprovado por unanimidade)

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL

Autorização para abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, na categoria de assistente operacional (tratador apanhador de animais), com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para o Gabinete Veterinário Municipal, nos termos e de acordo com a informação n.º Interno/2018/1301, de 2018.01.31.

(Aprovado por unanimidade)

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL

Autorização para abertura de procedimento concursal comum para ocupação de quatro postos de trabalho, na categoria de assistente operacional (nas áreas de pedreiro, pintor, serralheiro e carpinteiro), com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para o Setor de Obras por Administração

Direta, da Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/1306, de 2018.01.31.

(Aprovado por unanimidade)

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ODIVELAS MANDATO AUTÁRQUICO 2017/2021

Composição do Conselho Municipal de Educação de Odivelas, para o mandato autárquico 2017/2021 (abaixo discriminado), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/1281, de 2018.01.30. No decorrer da discussão deste ponto na presente reunião foi ainda indicado, pela Vereadora da Câmara Municipal de Odivelas Susana Santos, o nome em falta na referida informação, do representante para o ACES Loures/Odivelas, a Enfermeira Marta Mouro, de acordo com o proposto no Ofício 32, de 2018.02.05 do ACES Loures/Odivelas.

Composição do Conselho Municipal de Odivelas (de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/1281, de 2018.01.30)

“1 – Integram o Conselho Municipal de Educação de Odivelas:

- a) O Presidente da Câmara Municipal, que preside;
- b) O Presidente da Assembleia Municipal;
- c) A Vereadora responsável pela Educação, que assegura a substituição do Presidente, nas suas ausências e impedimentos;
- d) O/A Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho;
- e) O Dr. Bruno Filipe Santana dos Santos, em representação do Delegado Regional de Educação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;
- f) Os/As Diretores/as dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Não Agrupadas do município:
 - Professora Odília César - Agrupamento de Escolas A Sudoeste de Odivelas;
 - Professor Rui Almeida - Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, Odivelas;



- Professor Jorge Nunes - Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire, Pontinha;
- Professor Fernando Costa - Agrupamento de Escolas de Caneças, Caneças;
- Professor Orlando Moreno - Agrupamento de Escolas D. Dinis, Odivelas;
- Professor Paulo Bernardo - Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja, Odivelas;
- Professora Maria do Rosário Ferreira - Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino, Póvoa de Santo Adrião;
- Professora Fátima Silva - Agrupamento de Escolas Vasco Santana, Ramada;
- Professor Edgar Oleiro - Escola Secundária da Ramada, Ramada;
- Eng.º José Aires - Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Paiã, Pontinha.

2 – Integram ainda o Conselho Municipal de Educação, os seguintes representantes:

- a) Instituto Superior de Ciências Educativas, representado pelo seu presidente, Professor Doutor Luís Picado, que poderá ser substituído em caso de indisponibilidade, pela sua Assessora, Dra. Isabel Aires, em representação das instituições de ensino superior privado;
- b) Luisa Maria Caetano de Azevedo, professora no Agrupamento de Escolas de Caneças, em representação do pessoal docente do ensino secundário público;
- c) Maria Inês Miranda Carvalho Angelino, professora no Agrupamento de Escolas Vasco Santana, em representação do pessoal docente do ensino básico público;
- d) Maria Adelaide de Carvalho Peixoto, educadora no Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública;
- e) Externato Primário Rainha Santa, representado pela professora Inês Catarina Cardim Serranito Tomé da Silva, em representação dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados;
- f) Associação de Pais da Escola Básica da Pontinha, representada pelo Sr. Daniel Afonso Pereira, e Associação de Pais da Escola Secundária de Caneças, representada pela Sr.ª D. Helena Cristina Matias, em representação das associações de pais e encarregados de educação;

g) Associação de Estudantes da Escola Secundária da Ramada, representada pelo estudante Rui Rosário, em representação das associações de estudantes;

h) Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada, representada pela Dra. Elisabete Porteiro, em representação das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem atividade na área da educação;

i) ACES Loures/Odivelas, em representação dos serviços públicos de saúde, com representante a indicar oportunamente;

j) Instituto da Segurança Social, IP, Centro Distrital de Lisboa, representado pela Dra. Teresa Henriques, Chefe do Setor de Loures/Odivelas, em representação dos serviços da segurança social;

l) Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, Centro de Emprego Loures-Odivelas, representado pela Dra. Virginia Alves, em representação dos serviços de emprego e formação profissional;

m) Divisão Policial de Loures, representada pela Subcomissária Ana Carvalho, em representação das forças de segurança;

n) Associação Escoteiros Portugal – Grupo 9 Olival Basto, representada pelo Sr. Ricardo Canas, em representação do Conselho Municipal de Juventude de Odivelas.

No que se refere ao pessoal docente e, pelo facto de se tratar de uma representação nominal, feita em nome dos docentes dos respetivos níveis de educação e ensino do concelho, foi eleito um docente suplente por cada nível de educação e ensino, para agilizar o processo de substituição em caso de vacatura do lugar do representante efetivo:

Representantes suplentes:

- a) Educação Pré-Escolar – Educadora Ana Teresa Marques, do Agrupamento de Escolas D. Dinis;
- b) Ensino Básico – Professor Francisco Alberto Mauhomem Magro, do Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja;
- c) Ensino Secundário – Professora Filomena Maria Conceição Silva, da Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Paiã.

Assim, e em cumprimento do estipulado no artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, submete-se para deliberação da Câmara Municipal de Odivelas, a presente - Proposta de composição do Conselho Municipal de Educação de Odivelas, para o mandato autárquico 2017/2021.



De acordo com a alínea s) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, esta proposta carece de deliberação da Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos do previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, para efeitos de nomeação e, na alínea d) do artigo único, da Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, para efeitos de eleição do representante das juntas de freguesia.”

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

FUNDO DE AUXÍLIO SOCIAL DE EMERGÊNCIA

FUNDO DE AUXÍLIO SOCIAL DE EMERGÊNCIA (FASE) REVOGAÇÃO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL (FESMO)

Regulamento do Fundo de Auxílio Social de Emergência (FASE) e subsequente revogação do Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas (FESMO), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/1401, de 2018.02.01. No decorrer da discussão deste ponto na presente reunião foi proposto proceder a alterações ao referido Regulamento do FASE. Assim, no artigo 4.º, n.º1, al. b), deverá ler-se:

“Aquisição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico, prescritos através de receita médica ou acompanhadas de declaração médica, na parte em que não sejam comparticipadas pelo Serviço Nacional de Saúde ou por outro subsistema de saúde, bem como outras despesas de saúde, desde que fundamentadas pelo Gestor de Caso.”

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

PROTOCOLOS

PROTOCOLOS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E AS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE ODIVELAS

Proposta de protocolos a celebrar com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho de Odivelas, no âmbito dos Piquetes de Primeira Intervenção, e Apoio às Associações e Corpos de Bombeiros, de acordo com o proposto na Informação Interno/2018/1395, de 2018.02.01, e nos termos das minutas de protocolos que se encontram anexas à informação para deliberação do seguinte:

Protocolos a estabelecer entre a Autarquia e as Associações de Bombeiros;

Subsídios a atribuir mensalmente (subsídio mensal de gestão corrente e aumento do subsídio para PPT's, reembolso de seguros, de água e eletricidade);

Restantes subsídios a atribuir, mediante apresentação de candidatura e posterior deliberação da Câmara Municipal (Subsídio para aquisição de viaturas e/ou equipamento, suplemento ao subsídio de refeição às ELAC'S/ECIN'S e viatura atribuída pela ANPC).

“(…) APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS

SUBSÍDIO MENSAL DE GESTÃO CORRENTE E MANUTENÇÃO

O valor da proposta de subsídio a atribuir este ano será o mesmo do atribuído em 2017. Mais se informa que os subsídios a transferir são mensais.

Tem-se então:

Subsídio Mensal de Gestão Corrente e Manutenção		
	Valor mensal (12 meses)	Total anual
A.H.B.V. Caneças	€ 5.120,00	€ 61.440,00
A.H.B.V. Odivelas	€ 5.863,00	€ 70.356,00
A.H.B.V. Pontinha	€ 5.238,00	€ 62.856,00
Total	€ 16.221,00	€ 194.652,00

(…)

SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA E/OU EQUIPAMENTO

A proposta de atribuição de um subsídio para aquisição de viaturas até € 100.000,00 a atribuir anualmente e da seguinte forma rotativa: até € 50.000,00 AHBV Caneças e € 50.000,00 AHBV Pontinha e € 100.000,00 AHBV Odivelas no ano seguinte, repetindo-se a atribuição de forma sucessiva no decurso dos anos.(…)

SEGUROS – DE VIATURAS E RAMO BOMBEIRO;

Relativamente aos Seguros – de viaturas e ramo bombeiro – propõe-se que seja mantido o *modus operandi* deste apoio.

Os pedidos de reembolso dos seguros de viaturas devem ser encaminhados ao SMPC após pagamento das faturas por parte das Associações, devendo fazer-se acompanhar, em boas condições de legibilidade, das faturas completas e respetivos comprovativos de pagamento no valor total € 30.000,00. (…)



O pagamento do seguro ramo bombeiro no valor de € 25.000,00 tem uma dotação tem enquadramento orçamental no projeto 2018/A/22, classificação económica 21.11/02 02 12.

REEMBOLSO DE PAGAMENTOS DE DESPESAS DE ÁGUA E ELETRICIDADE

No que concerne aos reembolsos de despesas de pagamentos de água e eletricidade propõe-se que seja mantido o *modus operandi* deste apoio, os pedidos de reembolso devem ser encaminhados ao SMPC após pagamento das faturas por parte das Associações, devendo constar, em boas condições de legibilidade, as faturas completas e respetivos comprovativos de pagamento, no valor total de € 95.000,00. (...)

SUBSÍDIOS PONTUAIS

Relativamente a eventuais subsídios pontuais, propõe-se:

Suplemento ao subsídio de refeição às ELAC'S/ECIN'S

À semelhança do que vem sucedendo, propõe-se o pagamento de um suplemento ao subsídio de refeição a atribuir aos elementos que venham a integrar as Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) ou Equipas Logística de Apoio ao Combate (ELAC), sempre que as Associações de Bombeiros do Concelho sejam contempladas, pela ANPC, com estas equipas, sendo que no corrente ano o seu valor deverá ser de €15/elemento/dia, no valor total de € 25.000,00. (...)

Viatura atribuída pela ANPC

A Câmara Municipal comparticipará em até 20% (remanescente) as viaturas atribuídas pela ANPC às Associações contempladas.(...)

PIQUETES DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO

O protocolo que cria os Piquetes de Primeira Intervenção não sofreu, até ao presente, qualquer reformulação ou atualização, motivo pelo qual, e uma vez que se estão a reestruturar os subsídios a atribuir às Associações e respetivos Corpos de Bombeiros, se julga ser este um momento favorável para o fazer. Propõe-se atualização do valor por elemento, com base nos aumentos da Função Pública.

Piquetes de Primeira Intervenção – PPI's

	N.º elementos	Valor por elemento	Valor mensal	Valor anual (14 meses)
A.H.B.V. Caneças	12	€ 757,94	€ 9.095,28	€ 127.333,92
A.H.B.V. Odivelas	17	€ 757,94	€ 12.884,98	€ 180.389,72

A.H.B.V. Pontinha	13	€ 757,94	€ 9.853,22	€ 137.945,08
Total	42		€ 31.833,48	€ 445.668,72

(...)” (Informação n.º Interno/2018/1395 de 2018.02.01)

“PROTOCOLO DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES E CORPOS DE BOMBEIROS

Entre a Câmara Municipal de Odivelas e as Associações de Bombeiros do concelho de Odivelas

PREÂMBULO

Considerando:

- Que as autarquias locais têm vindo a assumir uma responsabilidade determinante em matéria de Protecção Civil por força da descentralização de poderes do Estado e por efeito do seu particular conhecimento geográfico e das populações do respetivo território;

- Que a amplitude da missão de prevenção e proteção de pessoas e bens da Protecção Civil faz concentrar nas ações de socorro uma grande parte da sua responsabilidade, estando esta vertente operacional atribuída, por excelência, aos Corpos de Bombeiros, não obstante a articulação com todas as restantes entidades envolvidas na esfera de atuação do SMPC;

- Que investir e colaborar com as Corporações de Bombeiros se traduz num investimento ao socorro das populações garantindo consequentemente uma maior celeridade e operacionalidade dos meios de ação;

- Que a Câmara Municipal de Odivelas desde a sua instalação compreendeu que o trabalho em prol da população começaria por garantir a sua segurança, tendo-se aproximado dos Corpos de Bombeiros com o apoio e os subsídios que permitissem uma renovação da frota e uma modernização que lhes assegurasse a realização com eficácia da amplitude da sua missão junto de todos os que deles dependem e precisam – ou seja, junto de todos nós;

- Que para manter o rumo desta história e construir o futuro com a segurança que todos queremos, é necessário deixar vincada e escrita a vontade desta autarquia local em continuar a apoiar as Corporações de Bombeiros do nosso concelho, minimizando a surpresa do imprevisto e do incerto, e afirmando o desejo de que este exemplo se multiplique e de que o reconhecimento se perpetue;

- Que a verdadeira história da missão de socorro é feita pelos Corpos de Bombeiros, através da sua dedicação e do seu empenho, da sua destreza e da sua coragem, numa época recheada de perigos, de acidentes e de catástrofes, sabendo que serão eles o nosso escudo e o nosso auxílio,



sempre presentes arriscando a sua própria vida, a troco da vontade de ajudar os outros e conseguindo que a dignidade de sermos não apenas homens e mulheres mas antes de tudo seres humanos, teimando em não deixar esquecidos os valores da vida;

Pretende a Câmara Municipal de Odivelas que o presente Protocolo, além da metodologia e dos procedimentos a que visa dar continuidade, reflita a colaboração institucional que pretende assegurar e manter com os Corpos de Bombeiros Voluntários do concelho de Odivelas, homenageando todos os bombeiros, homens e mulheres, que se fazem representar nas três Corporações deste Município: Caneças, Odivelas e Pontinha.

Considerando ainda que a legislação em vigor prevê que:

Nos termos do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, e das demais normas e regulamentos em vigor, constitui missão dos corpos de bombeiros:

- a) A prevenção e o combate a incêndios;
- b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes;
- c) O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;
- e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- f) A participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- g) O exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;
- h) A participação em outras ações e o exercício de outras atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades detentoras;
- i) A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

Nos termos do artigo 35.º, n.º 1, alínea v), da Lei n.º 75/2013, de 12 de janeiro, compete ao Presidente da Câmara Municipal “dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos

de emergência e programas estabelecidos e a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe”.

Ainda nos termos do artigo 4.º, n.º 1, da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho que aprovou a Lei de Bases da Proteção Civil, são objetivos fundamentais da Proteção Civil:

- a) Prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidentes graves ou de catástrofes deles resultantes;
- b) Atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências descritas na alínea anterior;
- c) Socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;
- d) Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Se firma entre a Câmara Municipal de Odivelas, doravante designada CMO, representada pelo seu Presidente, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e as três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho de Odivelas, doravante designadas Associações, representadas respetivamente pelos seus Presidentes da Direção, elaborado de boa-fé através do presente instrumento um Protocolo de Cooperação, nos termos da competência prevista na alínea u) do n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objetivos

O presente protocolo tem como objetivo geral a articulação e clarificação da atitude de Proteção Civil da Câmara Municipal face às Corporações de Bombeiros do concelho, nos domínios da definição das responsabilidades mútuas e específicas, da aproximação de interesses e necessidades e da promoção de uma lógica racional, coerente e equilibrada dos apoios prestados pela CMO às Associações e Corpos de Bombeiros.

Cláusula 2.ª

Destinatários

Os destinatários do Protocolo são as Associações e respectivos Corpos de Bombeiros, sediadas no concelho de Odivelas.



Cláusula 3.^a

Subsídios para despesas com seguros

1. A CMO procederá ao reembolso das despesas com seguros de acidentes pessoais – ramo bombeiro do pessoal que integra os corpos sociais e os quadros aprovados para cada Corporação, mediante a apresentação da fatura referente ao respetivo pagamento.

2. O seguro de acidentes pessoais é de aplicação legalmente obrigatória, devendo as Associações manter rigorosamente atualizadas as listagens de pessoal, tendo em conta a movimentação de entradas e saídas dos elementos abrangidos.

3. A CMO procederá ao reembolso das despesas com seguros de viaturas de cada uma das Associações, mediante a apresentação da fatura referente ao respetivo pagamento

Cláusula 4.^a

Subsídio mensal de gestão corrente e manutenção

1. A CMO compromete-se no pagamento de um subsídio mensal de gestão corrente e manutenção, pago em duodécimos, destinado a fazer face às despesas correntes essenciais ao funcionamento das Associações e Corpos de Bombeiros e à manutenção das instalações dos respetivos quartéis.

2. Os valores totais do subsídio referido no número anterior são:

A.H.B.V. Caneças – 61.440,00 €

A.H.B.V. Odivelas – 70.356,00 €

A.H.B.V. Pontinha – 62.856,00 €

3. O valor do subsídio referido neste artigo será objeto de atualização anual, de acordo com a ponderação do Executivo Municipal, desde que as possibilidades financeiras da autarquia o permitam.

Cláusula 5.^a

Subsídio para aquisição de viaturas e/ou equipamentos

1. A CMO compromete-se no pagamento de um subsídio destinado à aquisição de viaturas e/ou equipamentos, sendo que as contribuições financeiras ou em espécie atribuídas neste âmbito deverão ser efetuadas de acordo com as necessidades de cada Associação e Corpo de Bombeiros e a disponibilidade financeira da autarquia.

2. Este subsídio, cujo valor pode ir até aos € 100.000, será atribuído anualmente e da seguinte forma rotativa: até € 50.000 AHBV Caneças e € 50.000 AHBV Pontinha e € 100.000 AHBV Odivelas no ano seguinte, repetindo-se a atribuição de forma sucessiva no decurso dos anos.

3. A atribuição deste subsídio será feita sempre mediante a prévia apresentação de uma candidatura escrita, devidamente fundamentada, que deverá ser remetida à CMO, ficando o pagamento dependente do envio da fatura original.

Cláusula 6.^a

Reembolso de despesas com água e eletricidade

A CMO procederá ao reembolso mensal das despesas com água e eletricidade, mediante a apresentação da fatura referente ao respetivo pagamento.

Cláusula 7.^a

Piquetes de Primeira Intervenção

A manutenção de Piquetes de Primeira Intervenção será formalizada em protocolos especificamente dirigidos a essa matéria.

Cláusula 8.^a

Apoios pontuais

1. A CMO comparticipará até 20% dos custos da atribuição de viatura pela ANPC.

2. A CMO procederá ao pagamento de um suplemento à refeição a atribuir aos elementos dos ELAC's e ECIN's que possam ser atribuídos pela ANPC aos Corpos de Bombeiros do Concelho quando se verificarem as circunstâncias legalmente previstas para tais situações.

Cláusula 9.^a

Crítérios para a atribuição de subsídios

A definição dos critérios qualitativos e quantitativos de atribuição dos apoios são da competência da CMO, tendo em atenção as necessidades manifestadas pelos representantes das Associações/Corpos de Bombeiros e as disponibilidades financeiras autarquia.

Cláusula 10.^a

Obrigações das Associações e respetivos Corpos de Bombeiros

1. As Associações e respetivos Corpos de Bombeiros, além do cumprimento das missões consignadas na lei e mencionadas no preâmbulo deste protocolo, comprometem-se ainda, na medida das suas possibilidades no âmbito técnico e dos meios humanos e materiais, a dar cumprimentos às seguintes ações e procedimentos:

a) Abastecimento de água às populações, em caso de avaria no sistema de distribuição ou de carência resultante de causas fortuitas, acidentais ou meteorológicas;

b) Envio ao SMPC dos relatórios anuais, balanço e contas do exercício, imediatamente após aprovação em Assembleia Geral;



c) Comparência em reuniões convocadas pela CMO;

Cláusula 11.^a

Cláusula de não cumprimento

O não cumprimento pelas Associações ou Corpos de Bombeiros das obrigações previstas neste protocolo implicam a suspensão imediata da vigência do mesmo até que cesse a causa que deu origem à suspensão.

Cláusula 12.^a

Disposições finais

1. Os efeitos do presente protocolo iniciam-se com a sua assinatura, sem prejuízo dos pagamentos dos subsídios relativos ao mês de janeiro de 2018, sendo renovado automaticamente por idênticos períodos, desde que não seja denunciado por qualquer das partes.

2. Qualquer das partes poderá proceder à denúncia deste protocolo com a antecedência prévia de 30 (trinta) dias, através de comunicação escrita, por carta registada com aviso de receção.

3. Todos os casos omissos no presente protocolo serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

Odivelas, de... de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Hugo Manuel dos Santos Martins

O Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças,
Domingos Tomé

O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Caneças,
Manuel Varela

O Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Odivelas,
Eugénio Marques

O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Odivelas,
Fernando Santos

A Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Pontinha,
Maria José Guedes

O Comandante dos Bombeiros Voluntários da Pontinha,
Paulo Rocha

”

“PROTOCOLO DOS PIQUETES DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO (PPI'S)

Entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças

Entre a Câmara Municipal de Odivelas, doravante designada CMO, representada pelo seu Presidente, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças, doravante designada Associação, representada pelo respetivo Presidente da Direção e pelo Comandante do Corpo de Bombeiros, doravante designado Comandante, é elaborado de boa-fé através do presente instrumento um protocolo para manutenção de Piquetes de Primeira Intervenção, doravante designados PPI's, no Corpo de Bombeiros de Caneças, nos termos da competência prevista na alínea u) do n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

Âmbito

1. No âmbito do presente protocolo a CMO obriga-se a disponibilizar durante o ano de 2018 a verba de € 127.333,92 (cento e vinte e sete euros trezentos e trinta e três euros e noventa e dois cêntimos) com o objetivo de ser mantido no Corpo de Bombeiros de Caneças um Piquete de Primeira Intervenção (PPI) com 12 bombeiros.

2. O cálculo e transferência da verba processam-se de acordo com o previsto nas cláusulas seguintes.

3. Em caso de necessidade, poderá a CMO proceder ao aumento do número de PPI's, situação que será objeto de análise e eventual aprovação pelos órgãos competentes e que terá em conta a proporcionalidade exigida em função do número de população/e número de ocorrências.

Cláusula 2.^a

Forma de cálculo

1. A verba referida na cláusula anterior é calculada com base no montante de € 757,94 (setecentos e cinquenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos) por elemento.

2. A verba estipulada no número anterior constitui o salário mensal médio de cada elemento que integra o PPI, devendo a Direção da Associação assegurar trimestralmente a entrega de um comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período.

3. O montante previsto no n.º 1 será atualizado de forma automática sempre que se registem aumentos salariais aplicáveis a trabalhadores em funções públicas.



Cláusula 3.^a

Transferência mensal e subsídios

Na prossecução do objetivo referido na cláusula 1.^a, a CMO transferirá mensalmente a verba de € 9.095,28 (nove mil e noventa e cinco euros e vinte e oito cêntimos), correspondente ao montante do pagamento mensal dos elementos do PPI da Associação, montante que será reforçado nos meses de junho e novembro com uma verba igual, correspondente aos subsídios de férias e de Natal.

Cláusula 4.^a

Tutela administrativa dos PPI's

1. Cabendo a tutela administrativa dos PPI's à Associação, compete a esta, no âmbito do presente protocolo:

a) A gestão funcional do pessoal do PPI designadamente em matéria de férias e folgas, tendo em consideração a proposta do Comandante;

b) O recrutamento e contratação, entre os membros do seu Corpo de Bombeiros, dos elementos necessários à criação ou manutenção do PPI, após seleção promovida pelo Comandante, obrigando-se a remunerá-los com as verbas a transferir para o efeito pela CMO.

2. Não poderão ser integrados no PPI bombeiros já possuidores de vínculo laboral com a Associação.

Cláusula 5.^a

Tutela operacional dos PPI's

1. Cabendo a tutela operacional do PPI ao Comandante, de acordo com as competências que lhe são cometidas, deve aquele, no âmbito do presente protocolo, estabelecer os critérios de seleção do pessoal a integrar o PPI e indicar os seus nomes, após selecionados, à Direção da Associação para que esta proceda à sua contratação.

2. Os bombeiros que vão integrar os PPI's devem satisfazer os seguintes requisitos:

a) Ter mais de 19 e menos de 50 anos de idade;

b) Ter a escolaridade obrigatória como habilitação mínima, em função da data de nascimento;

c) Possuir capacidade e robustez física necessárias, a comprovar anualmente, através da prestação de provas de aptidão física para o exercício da função de bombeiro;

d) Possuir como formação específica obrigatória o Curso Básico de Socorrismo (TAT);

e) Possuir como formação básica obrigatória o Curso de Bombeiro de 3.^a classe há pelo menos um ano;

f) O motorista do PPI deve ter a carta de condução de veículos pesados e a formação complementar adequada ao exercício destas funções, podendo aos mesmos ser dispensada a obrigatoriedade de serem bombeiros de 3.^a classe.

3. O chefe do PPI dever ter, no mínimo, o posto de bombeiro de 1.^a classe e a formação complementar adequada ao exercício destas funções;

4. A gestão em matéria de formação profissional compete ao Comandante, devendo todos os elementos do PPI obter formação complementar especializada em função das necessidades e riscos específicos da zona de intervenção do Corpo de Bombeiros.

Cláusula 6.^a

Enquadramento laboral dos PPI's

A Associação obriga-se a aplicar aos bombeiros integrantes do PPI:

a) Um horário de trabalho elaborado sob proposta do Comandante, não superior à média de 40 horas semanais;

b) As regalias sociais consignadas no Regime Geral de Segurança Social, fazendo entrega das contribuições que forem devidas, dentro dos prazos respetivos, no Centro Regional de Segurança Social;

c) O pagamento de subsídio de alimentação e a elaboração de seguro de trabalho nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 7.^a

Áreas de atuação

1. A área de atuação prioritária do PPI é a área de intervenção definida para o seu Corpo de Bombeiros.

2. Cada PPI constituirá reforço aos outros PPI's dos Corpos de Bombeiros do concelho.

3. A intervenção do PPI em locais fora da sua área de atuação só terá lugar em casos de reconhecida emergência e de acordo com a legislação em vigor.

4. Se essa área de atuação prevista no número anterior se localizar fora do concelho de Odivelas, deverá ser dado conhecimento imediato ao Serviço Municipal de Proteção Civil de Odivelas, pelo Comandante.

Cláusula 8.^a

Deveres dos PPI's

1. Além das obrigações legalmente estipuladas e das constantes nos Estatutos e Regulamentos, constituem deveres do PPI:

a) O combate a incêndios;



b) O socorro às populações em caso de incêndios, desabamentos, inundações, abaloamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;

c) O socorro e transporte de sinistrados e doentes.

d) A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;

e) A participação noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos; eventos.

2. Além do previsto no número anterior, deverá o Corpo de Bombeiros, sempre que solicitado pela CMO, assegurar a presença de uma equipa de bombeiros em até 5 iniciativas por ano a realizar pela autarquia ou em cuja organização esta participe.

Cláusula 9.^a

Prontidão e ocupações dos PPI's

1. Para o cabal cumprimento das missões que lhe estão cometidas deverão os elementos do PPI permanecer na unidade durante o horário estipulado, devidamente equipados e uniformizados, em regime de prontidão imediata.

2. Considerando-se essencial a ocupação dos elementos do PPI fora dos períodos de intervenção, devem estes para o efeito e sem comprometimento da prontidão de intervenção:

a) Desenvolver tarefas úteis para a Associação e Corpo de Bombeiros, tais como limpeza e manutenção de equipamento, viaturas e instalações, desde que devidamente autorizadas pelo Comandante e sem prejuízo da prontidão do socorro;

b) Integrar ações visando a sua formação e adestramento, incluindo preparação física;

c) Proceder a ações de reconhecimento de boca-de-incêndio e marcos de água, mantendo contacto rádio permanente com a central.

d) Reconhecimento dos locais de risco e de zonas críticas, mantendo contato rádio permanente com a central.

Cláusula 10.^a

Deveres da Associação

1. A Associação obriga-se a entregar à CMO:

a) Relatório trimestral com a relação dos bombeiros que fazem parte do PPI, com a respetiva identificação, posto, função a desempenhar, horário de trabalho, salário

atribuído, data do início das funções e outras indicações julgadas pertinentes.

b) Relatório trimestral da totalidade dos serviços de proteção e socorro prestados, redigido em impresso próprio assinado pelo Comandante, bem como o comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período assinado pelo Presidente da Direção.

2. O envio dos relatórios mencionados no número anterior deve ser realizado até aos dias 1 janeiro, 1 de abril, 1 de julho, 1 outubro, respetivamente em função do trimestre a que se reportam.

3. O não cumprimento do disposto nos números anteriores suspende automaticamente o pagamento dos valores previstos neste protocolo.

Cláusula 11.^a

Entrada em vigor e renovação

Os efeitos do presente protocolo iniciam-se com a sua assinatura, sem prejuízo dos pagamentos dos subsídios relativos ao mês de janeiro de 2018, sendo renovado automaticamente por períodos de um ano desde que não seja denunciado por qualquer das partes e enquanto não for publicada legislação que venha a enquadrar financeira e estruturalmente os PPI's.

Cláusula 12.^a

Fiscalização

A CMO poderá fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes do presente protocolo, comprometendo-se a Associação nas componentes administrativa e operacional a prestar a colaboração necessária para o efeito.

Cláusula 13.^a

Denúncia

O incumprimento das cláusulas expressas no presente protocolo legitimará qualquer das partes a proceder à sua denúncia, com a antecedência prévia de 30 (trinta) dias, através de comunicação escrita, por carta registada com aviso de receção, sem prejuízo do disposto no n.º 4 da cláusula 11.^a.

Cláusula 14.^a

Casos omissos

Todos os casos omissos no presente protocolo serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

Odivelas, de de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Hugo Manuel dos Santos Martins



O Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Caneças,
Domingos Tomé

O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Caneças,
Manuel Varela

“PROTOCOLO DOS PIQUETES DE PRIMEIRA
INTERVENÇÃO (PPI’S)

Entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Associação
Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odivelas

Entre a Câmara Municipal de Odivelas, doravante designada CMO, representada pelo seu Presidente, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odivelas, doravante designada Associação, representada pelo respetivo Presidente da Direção e pelo Comandante do Corpo de Bombeiros, doravante designado Comandante, é elaborado de boa-fé através do presente instrumento um protocolo para manutenção de Piquetes de Primeira Intervenção, doravante designados PPI's, no Corpo de Bombeiros de Odivelas, nos termos da competência prevista na alínea u) do n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª
Âmbito

1. No âmbito do presente protocolo a CMO obriga-se a disponibilizar durante o ano de 2018 a verba de € 180.389,72 (cento e oitenta mil trezentos e oitenta e nove euros e setenta e dois cêntimos), com o objetivo de ser mantido no Corpo de Bombeiros de Odivelas um Piquete de Primeira Intervenção (PPI) com 17 bombeiros.

2. O cálculo e transferência da verba processam-se de acordo com o previsto nas cláusulas seguintes.

3. Em caso de necessidade, poderá a CMO proceder ao aumento do número de PPI's, situação que será objeto de análise e eventual aprovação pelos órgãos competentes e que terá em conta a proporcionalidade exigida em função do número de população/e número de ocorrências.

Cláusula 2.ª
Forma de cálculo

1. A verba referida na cláusula anterior é calculada com base no montante de € 757,94 (setecentos e cinquenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos) por elemento.

2. A verba estipulada no número anterior constitui o salário mensal médio de cada elemento que integra o PPI,

devendo a Direção da Associação assegurar trimestralmente a entrega de um comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período.

3. O montante previsto no n.º 1 será atualizado de forma automática sempre que se registem aumentos salariais aplicáveis a trabalhadores em funções públicas.

Cláusula 3.ª
Transferência mensal e subsídios

Na prossecução do objetivo referido na cláusula 1.ª, a CMO transferirá mensalmente a verba de € 12.884,98 (doze mil oitocentos e oitenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos), correspondente ao montante do pagamento mensal dos elementos do PPI da Associação, montante que será reforçado nos meses de junho e novembro com uma verba igual, correspondente aos subsídios de férias e de Natal.

Cláusula 4.ª
Tutela administrativa dos PPI's

1. Cabendo a tutela administrativa dos PPI's à Associação, compete a esta, no âmbito do presente protocolo:

a) A gestão funcional do pessoal do PPI designadamente em matéria de férias e folgas, tendo em consideração a proposta do Comandante;

b) O recrutamento e contratação, entre os membros do seu Corpo de Bombeiros, dos elementos necessários à criação ou manutenção do PPI, após seleção promovida pelo Comandante, obrigando-se a remunerá-los com as verbas a transferir para o efeito pela CMO.

2. Não poderão ser integrados no PPI bombeiros já possuidores de vínculo laboral com a Associação.

Cláusula 5.ª
Tutela operacional dos PPI's

1. Cabendo a tutela operacional do PPI ao Comandante, de acordo com as competências que lhe são cometidas, deve aquele, no âmbito do presente protocolo, estabelecer os critérios de seleção do pessoal a integrar o PPI e indicar os seus nomes, após selecionados, à Direção da Associação para que esta proceda à sua contratação.

2. Os bombeiros que vão integrar os PPI's devem satisfazer os seguintes requisitos:

a) Ter mais de 19 e menos de 50 anos de idade;

b) Ter a escolaridade obrigatória como habilitação mínima, em função da data de nascimento;



c) Possuir capacidade e robustez física necessárias, a comprovar anualmente, através da prestação de provas de aptidão física para o exercício da função de bombeiro;

d) Possuir como formação específica obrigatória o Curso Básico de Socorrismo (TAT);

e) Possuir como formação básica obrigatória o Curso de Bombeiro de 3.ª classe há pelo menos um ano;

f) O motorista do PPI deve ter a carta de condução de veículos pesados e a formação complementar adequada ao exercício destas funções, podendo aos mesmos ser dispensada a obrigatoriedade de serem bombeiros de 3.ª classe.

3. O chefe do PPI dever ter, no mínimo, o posto de bombeiro de 1.ª classe e a formação complementar adequada ao exercício destas funções;

4. A gestão em matéria de formação profissional compete ao Comandante, devendo todos os elementos do PPI obter formação complementar especializada em função das necessidades e riscos específicos da zona de intervenção do Corpo de Bombeiros.

Cláusula 6.ª

Enquadramento laboral dos PPI's

A Associação obriga-se a aplicar aos bombeiros integrantes do PPI:

a) Um horário de trabalho elaborado sob proposta do Comandante, não superior à média de 40 horas semanais;

b) As regalias sociais consignadas no Regime Geral de Segurança Social, fazendo entrega das contribuições que forem devidas, dentro dos prazos respetivos, no Centro Regional de Segurança Social;

c) O pagamento de subsídio de alimentação e a elaboração de seguro de trabalho nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 7.ª

Áreas de atuação

1. A área de atuação prioritária do PPI é a área de intervenção definida para o seu Corpo de Bombeiros.

2. Cada PPI constituirá reforço aos outros PPI's dos Corpos de Bombeiros do concelho.

3. A intervenção do PPI em locais fora da sua área de atuação só terá lugar em casos de reconhecida emergência e de acordo com a legislação em vigor.

4. Se essa área de atuação prevista no número anterior se localizar fora do concelho de Odivelas, deverá ser dado

conhecimento imediato ao Serviço Municipal de Proteção Civil de Odivelas, pelo Comandante.

Cláusula 8.ª

Deveres dos PPI's

1. Além das obrigações legalmente estipuladas e das constantes nos Estatutos e Regulamentos, constituem deveres do PPI:

a) O combate a incêndios;

b) O socorro às populações em caso de incêndios, desabamentos, inundações, abaloamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;

c) O socorro e transporte de sinistrados e doentes.

d) A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;

e) A participação noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos; eventos.

2. Além do previsto no número anterior, deverá o Corpo de Bombeiros, sempre que solicitado pela CMO, assegurar a presença de uma equipa de bombeiros em até 8 iniciativas por ano a realizar pela autarquia ou em cuja organização esta participe.

Cláusula 9.ª

Prontidão e ocupações dos PPI's

1. Para o cabal cumprimento das missões que lhe estão cometidas deverão os elementos do PPI permanecer na unidade durante o horário estipulado, devidamente equipados e uniformizados, em regime de prontidão imediata.

2. Considerando-se essencial a ocupação dos elementos do PPI fora dos períodos de intervenção, devem estes para o efeito e sem comprometimento da prontidão de intervenção:

a) Desenvolver tarefas úteis para a Associação e Corpo de Bombeiros, tais como limpeza e manutenção de equipamento, viaturas e instalações, desde que devidamente autorizadas pelo Comandante e sem prejuízo da prontidão do socorro;

b) Integrar ações visando a sua formação e adestramento, incluindo preparação física;

c) Proceder a ações de reconhecimento de boca-de-incêndio e marcos de água, mantendo contacto rádio permanente com a central.



d) Reconhecimento dos locais de risco e de zonas críticas, mantendo contato rádio permanente com a central.

Cláusula 10.^a
Deveres da Associação

1. A Associação obriga-se a entregar à CMO:

a) Relatório trimestral com a relação dos bombeiros que fazem parte do PPI, com a respetiva identificação, posto, função a desempenhar, horário de trabalho, salário atribuído, data do início das funções e outras indicações julgadas pertinentes.

b) Relatório trimestral da totalidade dos serviços de proteção e socorro prestados, redigido em impresso próprio assinado pelo Comandante, bem como o comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período assinado pelo Presidente da Direção.

2. O envio dos relatórios mencionados no número anterior deve ser realizado até aos dias 1 janeiro, 1 de abril, 1 de julho, 1 outubro, respetivamente em função do trimestre a que se reportam.

3. O não cumprimento do disposto nos números anteriores suspende automaticamente o pagamento dos valores previstos neste protocolo.

Cláusula 11.^a
Entrada em vigor e renovação

Os efeitos do presente protocolo iniciam-se com a sua assinatura, sem prejuízo dos pagamentos dos subsídios relativos ao mês de janeiro de 2018, sendo renovado automaticamente por períodos de um ano desde que não seja denunciado por qualquer das partes e enquanto não for publicada legislação que venha a enquadrar financeira e estruturalmente os PPI's.

Cláusula 12.^a
Fiscalização

A CMO poderá fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes do presente protocolo, comprometendo-se a Associação nas componentes administrativa e operacional a prestar a colaboração necessária para o efeito.

Cláusula 13.^a
Denúncia

O incumprimento das cláusulas expressas no presente protocolo legitimará qualquer das partes a proceder à sua denúncia, com a antecedência prévia de 30 (trinta) dias, através de comunicação escrita, por carta registada com aviso de receção, sem prejuízo do disposto no n.º 4 da cláusula 11.^a.

Cláusula 14.^a
Casos omissos

Todos os casos omissos no presente protocolo serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

Odivelas, dede 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Hugo Manuel dos Santos Martins

O Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Odivelas,
Eugénio Marques

O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Odivelas,
Fernando Santos

“PROTOCOLO DOS PIQUETES DE PRIMEIRA
INTERVENÇÃO (PPI'S)

Entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pontinha

Entre a Câmara Municipal de Odivelas, doravante designada CMO, representada pelo seu Presidente, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Pontinha, doravante designada Associação, representada pelo respetivo Presidente da Direção e pelo Comandante do Corpo de Bombeiros, doravante designado Comandante, é elaborado de boa-fé através do presente instrumento um protocolo para manutenção de Piquetes de Primeira Intervenção, doravante designados PPI's, no Corpo de Bombeiros da Pontinha, nos termos da competência prevista na alínea u) do n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a
Âmbito

1. No âmbito do presente protocolo a CMO obriga-se a disponibilizar durante o ano de 2018 a verba de € 137.945,08 (cento e trinta e sete mil novecentos e quarenta e cinco euros e oito cêntimos), com o objetivo de ser mantido no Corpo de Bombeiros da Pontinha um Piquete de Primeira Intervenção (PPI) com 13 bombeiros.

2. O cálculo e transferência da verba processam-se de acordo com o previsto nas cláusulas seguintes.

3. Em caso de necessidade, poderá a CMO proceder ao aumento do número de PPI's, situação que será objeto de análise e eventual aprovação pelos órgãos competentes e



que terá em conta a proporcionalidade exigida em função do número de população/e número de ocorrências.

Cláusula 2.^a
Forma de cálculo

1. A verba referida na cláusula anterior é calculada com base no montante de € 757,94 (setecentos e cinquenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos) por elemento.

2. A verba estipulada no número anterior constitui o salário mensal médio de cada elemento que integra o PPI, devendo a Direção da Associação assegurar trimestralmente a entrega de um comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período.

3. Os outorgantes acordam que a referida verba será atualizada em anos futuros, tendo em consideração os aumentos que venham a ocorrer na função pública.

Cláusula 3.^a
Transferência mensal e subsídios

Na prossecução do objetivo referido na cláusula 1.^a, a CMO transferirá mensalmente a verba de € 9.853,22 (nove mil oitocentos e cinquenta e três euros e vinte e dois cêntimos) correspondente ao montante do pagamento mensal dos elementos do PPI da Associação, montante que será reforçado nos meses de junho e novembro com uma verba igual, correspondente aos subsídios de férias e de Natal.

Cláusula 4.^a
Tutela administrativa dos PPI's

1. Cabendo a tutela administrativa dos PPI's à Associação, compete a esta, no âmbito do presente protocolo:

a) A gestão funcional do pessoal do PPI designadamente em matéria de férias e folgas, tendo em consideração a proposta do Comandante;

b) O recrutamento e contratação, entre os membros do seu Corpo de Bombeiros, dos elementos necessários à criação ou manutenção do PPI, após seleção promovida pelo Comandante, obrigando-se a remunerá-los com as verbas a transferir para o efeito pela CMO.

2. Não poderão ser integrados no PPI bombeiros já possuidores de vínculo laboral com a Associação.

Cláusula 5.^a
Tutela operacional dos PPI's

1. Cabendo a tutela operacional do PPI ao Comandante, de acordo com as competências que lhe são cometidas, deve aquele, no âmbito do presente protocolo, estabelecer os critérios de seleção do pessoal a integrar o PPI e indicar

os seus nomes, após selecionados, à Direção da Associação para que esta proceda à sua contratação.

2. Os bombeiros que vão integrar os PPI's devem satisfazer os seguintes requisitos:

a) Ter mais de 19 e menos de 50 anos de idade;

b) Ter a escolaridade obrigatória como habilitação mínima, em função da data de nascimento;

c) Possuir capacidade e robustez física necessárias, a comprovar anualmente, através da prestação de provas de aptidão física para o exercício da função de bombeiro;

d) Possuir como formação específica obrigatória o Curso Básico de Socorrismo (TAT);

e) Possuir como formação básica obrigatória o Curso de Bombeiro de 3.^a classe há pelo menos um ano;

f) O motorista do PPI deve ter a carta de condução de veículos pesados e a formação complementar adequada ao exercício destas funções, podendo aos mesmos ser dispensada a obrigatoriedade de serem bombeiros de 3.^a classe.

3. O chefe do PPI dever ter, no mínimo, o posto de bombeiro de 1.^a classe e a formação complementar adequada ao exercício destas funções;

4. A gestão em matéria de formação profissional compete ao Comandante, devendo todos os elementos do PPI obter formação complementar especializada em função das necessidades e riscos específicos da zona de intervenção do Corpo de Bombeiros.

Cláusula 6.^a
Enquadramento laboral dos PPI's

A Associação obriga-se a aplicar aos bombeiros integrantes do PPI:

a) Um horário de trabalho elaborado sob proposta do Comandante, não superior à média de 40 horas semanais;

b) As regalias sociais consignadas no Regime Geral de Segurança Social, fazendo entrega das contribuições que forem devidas, dentro dos prazos respetivos, no Centro Regional de Segurança Social;

c) O pagamento de subsídio de alimentação e a elaboração de seguro de trabalho nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 7.^a
Áreas de atuação

1. A área de atuação prioritária do PPI é a área de intervenção definida para o seu Corpo de Bombeiros.



2. Cada PPI constituirá reforço aos outros PPI's dos Corpos de Bombeiros do concelho.

3. A intervenção do PPI em locais fora da sua área de atuação só terá lugar em casos de reconhecida emergência e de acordo com a legislação em vigor.

4. Se essa área de atuação prevista no número anterior se localizar fora do concelho de Odivelas, deverá ser dado conhecimento imediato ao Serviço Municipal de Proteção Civil de Odivelas, pelo Comandante.

Cláusula 8.^a
Deveres dos PPI's

1. Além das obrigações legalmente estipuladas e das constantes nos Estatutos e Regulamentos, constituem deveres do PPI:

- a) O combate a incêndios;
- b) O socorro às populações em caso de incêndios, desabamentos, inundações, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;
- c) O socorro e transporte de sinistrados e doentes.
- d) A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- e) A participação noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos; eventos.

2. Além do previsto no número anterior, deverá o Corpo de Bombeiros, sempre que solicitado pela CMO, assegurar a presença de uma equipa de bombeiros em até 5 iniciativas por ano a realizar pela autarquia ou em cuja organização esta participe.

Cláusula 9.^a
Prontidão e ocupações dos PPI's

1. Para o cabal cumprimento das missões que lhe estão cometidas deverão os elementos do PPI permanecer na unidade durante o horário estipulado, devidamente equipados e uniformizados, em regime de prontidão imediata.

2. Considerando-se essencial a ocupação dos elementos do PPI fora dos períodos de intervenção, devem estes para o efeito e sem comprometimento da prontidão de intervenção:

- a) Desenvolver tarefas úteis para a Associação e Corpo de Bombeiros, tais como limpeza e manutenção de equipamento, viaturas e instalações, desde que

devidamente autorizadas pelo Comandante e sem prejuízo da prontidão do socorro;

- b) Integrar ações visando a sua formação e adestramento, incluindo preparação física;

- c) Proceder a ações de reconhecimento de boca-de-incêndio e marcos de água, mantendo contacto rádio permanente com a central.

- d) Reconhecimento dos locais de risco e de zonas críticas, mantendo contato rádio permanente com a central.

Cláusula 10.^a
Deveres da Associação

1. A Associação obriga-se a entregar à CMO:

- a) Relatório trimestral com a relação dos bombeiros que fazem parte do PPI, com a respetiva identificação, posto, função a desempenhar, horário de trabalho, salário atribuído, data do início das funções e outras indicações julgadas pertinentes.

- b) Relatório trimestral da totalidade dos serviços de proteção e socorro prestados, redigido em impresso próprio assinado pelo Comandante, bem como o comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período assinado pelo Presidente da Direção.

2. O envio dos relatórios mencionados no número anterior deve ser realizado até aos dias 1 janeiro, 1 de abril, 1 de julho, 1 outubro, respetivamente em função do trimestre a que se reportam.

3. O não cumprimento do disposto nos números anteriores suspende automaticamente o pagamento dos valores previstos neste protocolo.

Cláusula 11.^a
Entrada em vigor e renovação

Os efeitos do presente protocolo iniciam-se com a sua assinatura, sem prejuízo dos pagamentos dos subsídios relativos ao mês de janeiro de 2018, sendo renovado automaticamente por períodos de um ano desde que não seja denunciado por qualquer das partes e enquanto não for publicada legislação que venha a enquadrar financeira e estruturalmente os PPI's.

Cláusula 12.^a
Fiscalização

A CMO poderá fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes do presente protocolo, comprometendo-se a Associação nas componentes administrativa e operacional a prestar a colaboração necessária para o efeito.



Cláusula 13.^a
Denúncia

O incumprimento das cláusulas expressas no presente protocolo legitimará qualquer das partes a proceder à sua denúncia, com a antecedência prévia de 30 (trinta) dias, através de comunicação escrita, por carta registada com aviso de receção, sem prejuízo do disposto no n.º 4 da cláusula 11.^a.

Cláusula 14.^a
Casos omissos

Todos os casos omissos no presente protocolo serão resolvidos de comum acordo entre as partes

Odivelas, dede 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Hugo Manuel dos Santos Martins

A Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários da Pontinha,
Maria José Guedes

O Comandante dos Bombeiros Voluntários da Pontinha,
Paulo Rocha

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO DE PARCERIA

PROTOCOLO DE PARCERIA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA/FUNDAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RESPECTIVA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL PROGRAMA ECO-ESCOLAS 2017/2018 -

Protocolo de Parceria a celebrar entre o Município de Odivelas e a Associação Bandeira Azul da Europa - Fundação para a Educação Ambiental - ABAE/Fee, para o desenvolvimento do Programa Eco-Escolas no ano letivo 2017/2018 no concelho de Odivelas, para continuar a fomentar programas e projetos de educação ambiental nas escolas, alertando as crianças, jovens e adultos para a importância da utilização dos recursos de forma sustentável, através de ações realizadas nas escolas participantes bem como através de prestação de apoio técnico. Respetiva comparticipação municipal no valor de €700,00 (setecentos euros) correspondente à comparticipação municipal em torno das 10 escolas inscritas no Projeto 298-A/2018, de acordo com o proposto na Informação Interno/2018/12, de 2018.01.19.

“PARCERIA 2017/2018

ABAE Eco-Escolas / Município de Odivelas

O presente protocolo de parceria, válido depois de assinado por ambas as partes, visa o compromisso de colaboração entre a ABAE e o município na implementação e desenvolvimento do Programa Eco-Escolas no concelho. Poderá por sugestão do município vir a incluir outras alíneas.

A sua existência é fundamental ao desenvolvimento integral do Programa Eco-Escolas nas escolas inscritas.

Termos da Parceria

1- A Autarquia compromete-se a:

- Colaborar com a ABAE nos termos acordados por ambas as partes;
- Reconhecer a importância do desenvolvimento do Programa ECO-ESCOLAS nas escolas inscritas;
- Apoiar, dentro das possibilidades do Município, as iniciativas que as escolas se propõem desenvolver nomeadamente através da participação no Conselho Eco-Escolas;
- Pagar o valor de inscrição de cada escola no Programa Eco-Escolas que tem desde 2012/13 o valor único de 70€ (setenta euros). Este valor da inscrição inclui todo o ano letivo e refere-se à comparticipação nos seguintes custos: taxa a pagar à FEE internacional por cada Eco-Escola inscrita, produção e distribuição e envio de materiais, possibilidade de participação nos subprojectos, formação creditada e não creditada, apoio técnico-pedagógico, comunicação; e ainda custos inerentes à atribuição do Galardão: produção das bandeiras e certificados, organização do Dia Bandeiras Verdes, etc.

2- A ABAE compromete-se a:

- Colaborar com o Município nos termos acordados por ambas as partes;
- Atribuir ao município, acesso com login, à plataforma Eco-Escolas em <https://ecoescolas.abae.pt/plataforma> para consulta de toda a documentação das suas escolas (fichas de acompanhamento, relatórios de candidatura ao galardão, ações, etc);
- Privilegiar o desenvolvimento de ações com as autarquias parceiras;
- Colaborar ou participar com o Município Parceiro na realização de ações ou eventos de educação ambiental para a sustentabilidade promovidos pelo Município, que envolvam as escolas;



- Acompanhar em termos de formação e informação, todas as escolas inscritas no Programa ECO-ESCOLAS;
- Listar no site da ABAE/Eco-Escolas (<https://ecoescolas.abae.pt>) todas as autarquias parceiras com linking para a respectiva página municipal;
- Incluir página pública on-line de cada escola do concelho menção à parceria do município na implementação do Programa e breve descrição do concelho;
- Fazer constar nos certificados Eco-Escolas entregues a cada escola Galardoada, a declaração do apoio do respectivo Município. Todas as escolas dos concelhos com os quais se estabelece a parceria terão o seu Certificado Eco-Escola chancelado com o logotipo do Município;
- Emissão de um Certificado para o Município mencionando o número e nome das Eco-Escolas galardoadas no concelho;
- Entregar uma Bandeira de Secretária para o Município, identificada com o ano da Parceria;
- Disponibilizar a Exposição Eco-Códigos de forma gratuita (desde que levantada e entregue nas nossas instalações) para os Municípios Parceiros e respetivas escolas;
- Difundir e publicar nos órgãos de comunicação social; no Boletim da ABAE – “TerrAzul notícias”; no "MAPA BANDEIRAS VERDES" - Eco-Escolas e respectivos municípios.

Pela Associação Bandeira
Azul da Europa

Pela Câmara Municipal de
Odivelas

O Presidente da
ABAE/FEE Portugal

O Presidente da Câmara /
O Vereador com Delegação

DATA: ____ / ____ / ____

DATA: ____ / ____ / ____

(Aprovado por unanimidade)

CONTRATO-PROGRAMA

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO

Minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Odivelas e a Federação Portuguesa de Atletismo. Constitui objeto do presente contrato a criação de um Centro de Marcha e Corrida de Odivelas no âmbito da promoção de hábitos de vida ativa e saudável e

desenvolvimento da modalidade de Atletismo, na vertente de marcha e corrida. O Centro de Marcha e Corrida de Odivelas tem como principais objetivos a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida, através do incremento da prática regular da atividade física da população em geral, orientada por técnicos devidamente credenciados. Para o acompanhamento técnico, apoio e dinamização das atividades previstas, nas vertentes da avaliação, corrida e marcha, o Município participará a Federação Portuguesa de Atletismo com o valor anual de €26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos euros), comparticipação que será efetuada em duas parcelas de igual valor, de acordo com o proposto na Informação Interno/2018/600, de 2018.01.30 e minuta do contrato programa.

“MINUTA

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO

Considerando que:

- A prática desportiva é um direito fundamental dos cidadãos reconhecido na Constituição da República Portuguesa;
- A prática desportiva é cada vez mais importante e relevante na vida das populações, assumindo um papel importante na sua saúde e hábitos de vida, sendo, também por isso, uma aposta para uma sociedade mais saudável;
- O Município de Odivelas prossegue como objetivos a promoção da prática da marcha e da corrida em articulação com entidades públicas, colaborando em especial com as Federações, Clubes e Coletividades;
- O Município de Odivelas, no uso das suas atribuições e competências que lhe estão cometidas, está empenhado, a nível da prática da atividade física em geral e da marcha e corrida em particular, dar resposta às aspirações, necessidades e motivações da população do Concelho, colaborando com outras entidades, complementando de forma adequada as suas ações e atividades, por forma a rentabilizar os seus meios e recursos;
- É intenção do Município de Odivelas aderir ao Programa Nacional de Marcha e Corrida, com a criação de um Centro de Marcha e Corrida em Odivelas;

- O objetivo principal do Centro de Marcha e Corrida passa por promover hábitos de vida ativa e saudável na procura do lazer, na saúde e a melhoria da qualidade de vida da população, através da prática regular da marcha e corrida;

- O Centro de Marcha e Corrida de Odivelas, integra o Programa Nacional de Marcha e Corrida, iniciativa



conjunta do Instituto Português do Desporto e Juventude e da Federação Portuguesa de Atletismo.

Assim, é celebrado entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Odivelas, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, representado neste ato por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, adiante designado por MO.

e

SEGUNDO OUTORGANTE: Federação Portuguesa de Atletismo, pessoa coletiva n.º 501 136 517, com sede no Largo da Lagoa, n.º 15-B, 2795-116 Linda-a-Velha, representada neste ato por Jorge António de Campos Vieira, na qualidade de Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, doravante designado por FPA.

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos dos artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, conjugados com o Regime dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro e que se regerá de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
(OBJETO DO CONTRATO)

Constitui objeto do presente contrato a criação de um Centro de Marcha e Corrida no âmbito da promoção de hábitos de vida ativa e saudável e desenvolvimento da modalidade de Atletismo, na vertente de marcha e corrida, que tem por objetivos:

1. Desenvolver e promover junto da população do concelho a modalidade de Atletismo;
2. Incrementar a adoção de hábitos de vida saudáveis, promovendo a saúde, o lazer, a qualidade de vida e a socialização intergrupar dos atletas;
3. Aumentar o número de atletas em termos quantitativos e qualitativos;
4. Promover o incentivo à prática desportiva em geral e da prática da marcha e da corrida de forma regular em particular, junto da população portuguesa, em particular dos municípios de Odivelas;
5. Combater os hábitos de sedentarismo e contribuir para a melhoria dos níveis de saúde da população, através de uma prática desportiva regular;

6. Envolver e desenvolver mecanismos de cooperação entre diferentes instituições (autarquias, organizações de provas, clubes, associações desportivas e escolas, entre outras) para se constituir um verdadeiro projeto nacional no âmbito da prática da marcha e corrida;

7. Criar iniciativas locais que aumentem as oportunidades para a prática individual ou em grupo da marcha e da corrida;

8. Desenvolver e reforçar junto das comunidades locais, um ambiente social e encorajador de um estilo de vida ativo.

CLÁUSULA SEGUNDA
(COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA)

A comparticipação financeira a prestar pelo Município de Odivelas à Federação Portuguesa de Atletismo para apoio à execução do Centro de Marcha e Corrida de Odivelas, referido no presente Contrato-Programa, é correspondente ao valor total de 26.600,00€ (vinte e seis mil e seiscentos euros), anuais.

CLÁUSULA TERCEIRA
(REGIME DA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA)

1 - A comparticipação financeira referida na Cláusula anterior será efetuada durante o prazo de execução deste Contrato-Programa, em 2 (duas) tranches iguais no valor de (13.300,00€), devendo o pagamento, referente à primeira tranche, em concreto, à representada do Segundo Outorgante, ser efetuado após a data da sua publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões e o pagamento da segunda tranche no mês de setembro de 2018.

2 – Nos anos seguintes, os pagamentos serão efetuados nos meses de março e setembro.

3 - O encargo assumido pelo representado do Primeiro Outorgante fica condicionado à existência de fundos disponíveis no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21/02 e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de julho, não havendo lugar a qualquer indemnização daí decorrente.

CLÁUSULA QUARTA
(PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO)

O presente Contrato-Programa tem a duração de 1 (um) ano, iniciando a sua vigência com a publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, sendo renovado automaticamente por períodos de 1 (um) ano, salvo denúncia, por escrito, com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência relativamente ao seu termo.

CLÁUSULA QUINTA
(DOTAÇÃO ORÇAMENTAL)

1 – De acordo com a Cláusula anterior, a execução deste Contrato-Programa terá início no ano de 2018.



2 – A despesa a efetuar no corrente ano, no montante de 26.600,00€, tem cabimento no Projeto 2018/A/270 – 2605 – 04070103 Prodem – Transferências Correntes.

CLÁUSULA SEXTA
(OBRIGAÇÕES DO MO)

1 - Verificar o exato cumprimento do programa de atividades de desenvolvimento desportivo que justificou a celebração do presente Contrato-Programa, procedendo ao acompanhamento, controlo e avaliação da sua execução financeira, com a observância do disposto no art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 273/09, de 01 de outubro;

2 - Analisar e aprovar as propostas de alteração à programação financeira e ao programa de atividades ou ao projeto;

3 - Controlar e fiscalizar o cumprimento de todos os aspetos financeiros, técnicos e legais necessários com uma periodicidade trimestral;

4 - Processar os quantitativos financeiros previstos neste Contrato-Programa;

5 - Criar condições e estruturas de apoio à realização das atividades a efetuar no âmbito deste Contrato-Programa, em função da disponibilidade de infraestruturas existentes no Município, nomeadamente o espaço físico que funcionará como gabinete de apoio ao Centro de Marcha e Corrida;

6 - Garantir e coordenar as condições de funcionamento do Centro (espaços de prática limpos, seguros e com indicação de diferentes percursos, estruturas de apoio aos praticantes, balneários, entre outros);

7 - Divulgar junto da população, as atividades a realizar no âmbito do Centro de Marcha e Corrida de Odivelas, de forma a dar-lhes expressão e projeção, nomeadamente nos seus sítios da internet e através de outros meios de comunicação locais existentes;

8 - Manter uma ligação regular com a coordenação do Centro, de forma a garantir uma constante atualização de dados e apoio direto aos técnicos e praticantes;

9 - Enviar à FPA, sempre que possível, no início de cada época (setembro), o plano de atividades do Centro de Marcha e Corrida, que fixará as ações concretas a realizar e as condições da sua realização, podendo, a todo o tempo, serem consideradas novas ações e iniciativas;

10 - Atribuir uma verba financeira anual à FPA, no valor de 26.600,00€ (vinte e seis mil e seiscentos euros), pagos em duas parcelas de igual valor.

CLÁUSULA SÉTIMA
(OBRIGAÇÕES DA FPA)

1 - Executar o projeto do Centro de Marcha e Corrida de Odivelas e o orçamento apresentados ao representado do Primeiro Outorgante, que constituem o objeto do presente Contrato-Programa, de forma a atingir os objetivos expressos naquele programa;

2 - Cooperar com o representado do Primeiro Outorgante no acompanhamento, controlo e avaliação do exato e pontual cumprimento do presente Contrato-Programa, prestando todas as informações, bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da sua execução sempre que solicitados pelos serviços responsáveis para o efeito;

3 - Apresentar relatórios semestrais que demonstrem o desenvolvimento do projeto;

4 - Conceber o Programa Nacional de Marcha e Corrida (PNMC);

5 - Fornecer suporte técnico à criação do Centro de Marcha e Corrida (CMC) e colaborar na promoção dos Planos de Desenvolvimento Regionais do atletismo através do PNMC;

6 - Desenvolver parcerias e atividades que possibilitem promover, divulgar e aumentar o número de Centros e praticantes no âmbito do PNMC;

7 - Apoiar a comunicação, promoção e divulgação de todas as atividades dos CMC, através das respetivas Direções Regionais do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e Associações Distritais de Atletismo;

8 - Rentabilizar e dar maior impacto a todas as boas práticas desenvolvidas pela autarquia através das Delegações Regionais do IPDJ e Associações Distritais de Atletismo, fomentando ainda a ligação com coletividades desportivas, associações desportivas, atletas e organismos do poder local para uma maior mobilização e rentabilização de meios;

9 - Garantir a formação de quadros técnicos qualificados, através de cursos e ações de formação específicas;

10 - Remunerar os técnicos afetos ao CMC de Odivelas;

11 - Cofinanciar o desenvolvimento do programa de modo a permitir um correto funcionamento dos Centros de Marcha e Corrida devidamente aprovados;

12 - Fiscalizar periodicamente as condições de funcionamento do CMC de Odivelas;

13 - Inscrever os praticantes na Seguradora do PNMC, logo após a receção da respetiva ficha de inscrição acompanhada do comprovativo de pagamento;



14 - Garantir o nível de qualificação dos técnicos que orientam e supervisionam as atividades do Centro no âmbito do presente protocolo de acordo com o Dec. Lei nº 248-A/2008, de 31 de dezembro;

15 - Proporcionar informação atualizada dos praticantes inscritos no PNMC;

16 - Conceder apoio técnico e fornecer tutoria técnica de apoio ao desenvolvimento das iniciativas a realizar no âmbito do presente Contrato-Programa.

CLÁUSULA OITAVA
(MORA E INCUMPRIMENTO)

1 - O incumprimento por parte da representada do Segundo Outorgante das obrigações referidas na Cláusula anterior, salvo por razões devidamente fundamentadas, implicará a suspensão das participações financeiras do representado do Primeiro Outorgante até que as informações sejam prestadas;

2 - O incumprimento por parte da representada do Segundo Outorgante das obrigações referidas na Cláusula anterior, salvo por razões devidamente fundamentadas, concede ao representado do Primeiro Outorgante o direito de resolução do contrato;

3 - O Segundo Outorgante terá de iniciar a execução do presente Contrato-Programa no primeiro semestre de 2018 e se não for cumprido o prazo por facto imputável àquele, o Primeiro Outorgante tem o direito de resolução do presente contrato e ver-se ressarcido das quantias já despendidas;

4 - O incumprimento culposo do Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo, por parte da representada do Segundo Outorgante, confere ao representado do Primeiro Outorgante o direito de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa;

5 - Nos demais casos não referidos no número anterior, o incumprimento confere ao representado do Primeiro Outorgante apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação;

6 - Sem prejuízo do disposto no número 3, da Cláusula 3.^a, deste Contrato-Programa, caso se verifique mora no pagamento da participação financeira, por parte do representado do Primeiro Outorgante, a representada do Segundo Outorgante tem o direito de ser compensada pelos prejuízos daí resultantes.

CLÁUSULA NONA
(REVISÃO DO CONTRATO-PROGRAMA)

1 - Qualquer alteração ou adaptação por qualquer um dos Outorgantes das condições ou dos resultados previstos neste Contrato-Programa carece de prévio acordo escrito

da outra parte, de acordo com o disposto no art.º 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/09, de 01 de outubro;

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o presente Contrato-Programa poderá sempre ser modificado ou revisto pelo representado do Primeiro Outorgante, quando, em virtude da alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para os Outorgantes ou manifestamente inadequada à realização do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA
(CESSAÇÃO DO CONTRATO)

1 - A vigência do presente Contrato-Programa cessa:

a) Quando, por causa não imputável, a entidade responsável pela execução do programa de atividades, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;

b) Quando o representado do Primeiro Outorgante exercer o direito de resolver o contrato;

c) Quando, no prazo estipulado pelo representado do Primeiro Outorgante, não forem apresentados pela representada do Segundo Outorgante, os documentos comprovativos de regularização da situação tributária e da situação contributiva para com a Segurança Social, devendo para o efeito prestar consentimento expreso para a consulta das respetivas situações tributária e contributiva pelos serviços do representado do Primeiro Outorgante, nos termos previstos no n.º 1, do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril;

d) Quando, qualquer das partes, resolver o presente acordo, em caso de incumprimento grave ou reiterado das obrigações assumidas pela outra parte, que não seja corrigido no prazo de 5 (cinco) dias de calendário, após interpelação escrita à parte inadimplente nesse sentido, sem prejuízo do direito ao ressarcimento de eventuais danos que possa ter causado, nos termos das regras de responsabilidade civil;

e) Sem motivo justificativo, poderão as partes resolver o presente contrato, desde que o comuniquem à outra parte com a antecedência mínima de 90 dias.

2 - A cessação do Contrato-Programa efetua-se através de notificação dirigida à representada do Segundo Outorgante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
(COMBATE À VIOLÊNCIA E A DOPAGEM ASSOCIADAS AO DESPORTO)

O não cumprimento pela representada do Segundo Outorgante das determinações do Conselho Nacional de



Antidopagem (CNAD) e do Conselho Nacional contra a Violência no Desporto (CNVD) e, de um modo geral, da legislação de combate à dopagem, à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, implicará a suspensão e, se necessário, o cancelamento da comparticipação financeira do representado do Primeiro Outorgante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
(CERTIFICAÇÃO DE CONTAS)**

1 - Considerando que a comparticipação financeira a conceder no âmbito deste Contrato-Programa não excede o valor de 50.000,00€ no ano económico respetivo, a representada do Segundo Outorgante não é obrigada a certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas;

2 - Não obstante o disposto no número anterior, a representada do Segundo Outorgante deverá organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos por Contrato-Programa e a identificação de receitas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
(ENTRADA EM VIGOR)**

Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas Segunda e Terceira, o presente Contrato-Programa entrará em vigor na data da sua publicitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
(PUBLICAÇÃO)**

Nos termos do n.º 1, do art.º 14.º e n.º 1, do art.º 27.º, do Decreto-Lei n.º 273/09, de 01 de outubro este Contrato-Programa será publicado no Site Oficial desta Autarquia e no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
(FORO COMPETENTE)**

1 - Em tudo o que não estiver expressamente previsto, aplicar-se-ão as disposições legais vigentes do ordenamento jurídico português;

2 - As partes comprometem-se a explorar todas as possibilidades, para chegarem a uma solução amigável, no caso de surgirem diferendos sobre a interpretação ou aplicação do presente acordo;

3 - Não sendo de todo possível uma solução amigável, as partes elegem o foro da Comarca de Lisboa Norte, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da interpretação ou aplicação do presente acordo, com expressa renúncia a quaisquer outros;

4 - Os litígios emergentes da execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo são submetidos a arbitragem;

5 - À constituição e ao funcionamento da arbitragem referida no número anterior é aplicável o disposto na Lei n.º 31/86, de 29 de agosto;

6 - Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Odivelas, de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara
Municipal de Odivelas

O Presidente da Federação
Portuguesa de Atletismo

Hugo Manuel dos Santos
Martins

Jorge António de Campos
Vieira”

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE UMA OBRA INTITULADA “ECCE HOMO 3”

Aceitação da doação de uma obra, dos artistas plásticos António Alves da Costa e Tim Madeira, intitulada “Ecce Homo 3”, acrílico sobre impressão digital de 2017, com as dimensões de 100x160cm, no valor total de 2.600,00€ (dois mil e seiscentos euros), a fim de a mesma passar a pertencer ao acervo Municipal do Centro de Exposições de Odivelas, de acordo com o proposto na Informação Interno/2018/873, de 2018.01.19.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DAS DECISÕES DE LICENCIAMENTO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO E AUTORIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO PROCESSO N.º 3171/LO/GI

Declaração de caducidade da licença de loteamento e respetivas obras de urbanização, deliberadas na 12.ª reunião ordinária de 2004, realizada a 16 de junho (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 13 de 2004*, página 17), e na 7.ª reunião ordinária de 2011, realizada a 12 de abril (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 7 de 2011*, página 12), da Câmara Municipal de Odivelas, referente ao local designado Borrachais, Terra Nova, na Pontinha, em nome de António dos Santos Marques, de acordo com o proposto na informação n.º 3171/LO/GI,



de 2018.01.23, e na informação técnica n.º 009/IF/DRRU/DGOU/18, de 2018.01.19.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO SOL NASCENTE LOTE 102
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2007/DRU**

Substituição do meio de garantia da caução, prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 102, da Rua Augusto Amaral, lote 102 do Bairro do Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, por depósito caução n.º 10203 de 2018.01.24, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 3.055,84 (três mil, cinquenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos), em nome de Vítor José Rosado Catalão, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2007/DRU, de 27 de dezembro, de acordo com o proposto na informação n.º 12.2018, de 2018.01.26 e nos termos da informação técnica n.º 21/RO/DRRU/DGOU/2018 de 2018.01.25.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 618
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011/DRU**

Substituição do meio de garantia da caução, prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 618, da Rua Padre António Vieira, lote 618, do Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 11045 de 2018.01.22, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 5.329,18 (cinco mil, trezentos e vinte e nove euros e dezoito cêntimos), em nome de MURMA – Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda., para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 13.2018, de 26-01-2018 e nos termos da informação técnica n.º 20/RO/DRRU/DGOU/2018, de 2018.01.25.

(Aprovado por unanimidade)

CÂMARA MUNICIPAL

1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 8 de fevereiro de 2018

DELIBERAÇÕES

REVISÃO ORÇAMENTAL

1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2018 3.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

1.ª Revisão Orçamental de 2018, nos termos dos mapas anexos à informação n.º Interno/2018/1502, de 2018.02.05, que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

CONVENTO/INSTITUTO DE ODIVELAS

CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO AO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Relativamente ao imóvel designado PM 1/Odivelas - Convento ou Instituto de Odivelas, em Odivelas, foi deliberado o seguinte, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/677, de 2018.01.16 e seus anexos:

-a aceitação da cedência de utilização ao Município de Odivelas, por um período de cinquenta anos, pelo Estado Português, do imóvel designado PM 1/Odivelas - Convento ou Instituto de Odivelas, sito no Largo D. Dinis, freguesia e concelho de Odivelas, com a área de construção de 25.445 m² e área de espaços exteriores de 56.766 m², delimitado nas plantas de localização;



-a minuta de Auto de Cedência de Utilização do imóvel denominado PM 1/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas;

-a autorização para o pagamento pelo Município ao Estado Português de uma contrapartida financeira mensal, devida pela cedência do imóvel designado PM 1/Odivelas - Convento ou Instituto de Odivelas, pelo período de 50 anos, no valor de € 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos euros), atualizável anualmente pela aplicação do coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento, determinado e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P., o qual ocorrerá após obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas, e com a celebração do Auto de Entrega das instalações ao Município;

-a repartição dos encargos contratualmente previstos, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, na sua redação atual, através da assunção de compromissos plurianuais;

-que os encargos para o ano de 2018 sejam fixados, no que respeita à contrapartida financeira mensal, em 10 meses (março a dezembro), o que perfaz o montante de €230.200,00 (duzentos e trinta mil e duzentos euros).

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

RETIRADA DE PONTO

SOCIEDADE ODIVELAS VIVA

Retirada do ponto 3 da ordem de trabalhos da presente reunião, designado “Proposta de Dissolução e Liquidação da Sociedade Odivelas Viva – Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A., Proposta de Aprovação do Plano de Internalização da sua Atividade no Município de Odivelas e Nomeação de Liquidatário.”.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 13/PRES/2018

Assunto: Revogação do Despacho n.º 10/PRES/2018 de 16 de janeiro de 2018 e repristinação do Despacho n.º 03/PRES/2018 de 03 de janeiro de 2018, ambos referentes à Delegação de Competências no âmbito do Gabinete de Comunicação e Modernização administrativa

Tendo na presente data cessado o impedimento do Sr. Coordenador Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, Dr. Luís Miguel Soares Silveiro, que motivou o meu despacho n.º 10/PRES/2018 de 16 de janeiro de 2018, determino a sua imediata revogação e subsequente repristinação da Delegação de Competências vertida no meu despacho n.º 03/PRES/2018 de 03 de janeiro de 2018.

Odivelas, 14 de fevereiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 14/PRES/2018

Assunto: Novo Regulamento Geral da Proteção de Dados - Colaboração com as atividades do Grupo de Trabalho

1. O Despacho n.º 26/PRES/2017, de 17 de julho, designou os membros do Grupo de Trabalho criado para estudo e implementação do Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, coordenado pela Dr.ª Paula Ganchinho (GOC);

2. Recorda-se que o Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados:

- Inicia a sua vigência, no que concerne à sua aplicação, em 25 de maio de 2018;

- Introduce alterações significativas às regras atuais de Proteção de Dados;



- Impõe às diversas entidades novas obrigações;
- Determina que poderão ser aplicadas sanções às autoridades e organismos públicos;
- Estipula a notificação obrigatória às Autoridades de Proteção de Dados, caso se detete qualquer violação dos dados;
- Introduce novos princípios e conceitos pelos quais se deve nortear o tratamento dos dados;
- Obriga à adaptação dos diversos procedimentos internos a esta nova realidade;
- Implica a verificação do impacto que advém da sua implementação.

Pelo que, torna-se imperativo agilizar e concretizar a aludida regulamentação.

3. Ao Grupo de Trabalho caberá a recolha de informação, acompanhamento dos diversos procedimentos e a promoção dos contactos que se entenderem por necessários e relevantes com as diversas unidades orgânicas da Câmara Municipal de Odivelas e entidades externas.

Neste sentido, determino que:

- i) O Grupo de Trabalho possa solicitar a colaboração do(s) trabalhador(es) / dirigente(s) das várias unidades orgânicas sempre que o considere conveniente e imprescindível, devendo estes prestar o apoio necessário para a prossecução dos objetivos estabelecidos.
- ii) Sempre que se encontrem no exercício das funções atribuídas a este Grupo de Trabalho, os trabalhadores que o constituem sejam dispensados das suas tarefas habituais.
- iii) Todos os serviços municipais deverão estar envolvidos no sentido de uma maior colaboração tendo em vista a implementação obrigatória do Regulamento da UE.

Odivelas, 15 de fevereiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

VEREAÇÃO

DESPACHO N.º 01/VSS/2018

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos no Chefe de Divisão de Educação, Dr. Gabriel Davide Lopes Caetano

Considerando que a delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio encontra consagração constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite às Autoridades Administrativas conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por RJAL), conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (abreviadamente designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ao abrigo do disposto no Despacho n.º 07/PRES/2018, de 12 de janeiro de 2018, referente à Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na ora signatária, **subdelego**, pelo presente Despacho, **no Senhor Chefe de Divisão de Educação, GABRIEL DAVIDE LOPES CAETANO**, as competências abaixo discriminadas que serão exercidas **no âmbito da citada Divisão**:

I

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência inerentes ao exercício da competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL, com exceção da dirigida a entidades ou organismos públicos, bem como a que constituir por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar;
2. Autorizar o gozo de férias, mediante os respetivos mapas e requerimentos, e ausências ao serviço por pequenos períodos;
3. Controlar a assiduidade, mediante informações, mapas e relatórios de assiduidade;
4. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das referidas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;



5. Autorizar a prestação de trabalho suplementar;
6. Visar boletins de horas de trabalho suplementar e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;
7. Propor a instauração de procedimentos disciplinares;
8. Praticar atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória.

II

1. A subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;
2. A subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;
3. A subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;
4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido à subdelegante, o subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 5 de fevereiro de 2018.

A Vereadora

Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do
Despacho N.º 07/PRES/2018, de 12.jan

(Susana Santos)

DESPACHO N.º 02/VSS/2018

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos na Chefe de Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos, com exceção do Setor Educativo e Pedagógico e do Setor de Intervenção e Sucesso Educativo, Dra. Lúcia Raquel Prior dos Santos

Considerando que a delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio encontra consagração constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite às Autoridades Administrativas conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por RJAL), conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (abreviadamente designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ao abrigo do disposto no Despacho n.º 7/PRES/2018, de 12 de janeiro de 2018, referente à Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na ora signatária, **subdelego**, pelo presente Despacho, **na Senhora Chefe de Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos, LÚCIA RAQUEL PRIOR DOS SANTOS**, as competências abaixo discriminadas:

I

1. NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE INOVAÇÃO SOCIAL E PROJETOS EDUCATIVOS (com exceção do Setor Educativo e Pedagógico e do Setor de Intervenção e Sucesso Educativo)

a) Assinar documentos de mero expediente e correspondência inerentes ao exercício da competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL, com exceção da dirigida a entidades ou organismos públicos, bem como a que constituir por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar;

b) A competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, no âmbito do fundo de maneo da CPCJ, nas condições legais e até ao limite de € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros);

c) Autorizar o gozo de férias, mediante os respetivos mapas e requerimentos, e ausências ao serviço por pequenos períodos;



d) Controlar a assiduidade, mediante informações, mapas e relatórios de assiduidade;

e) Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das referidas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;

f) Autorizar a prestação de trabalho suplementar;

g) Visar boletins de horas de trabalho suplementar e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;

h) Propor a instauração de procedimentos disciplinares;

i) Praticar atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória.

2. NO ÂMBITO DO GABINETE DE SAÚDE, IGUALDADE E CIDADANIA (com exceção da área da Saúde)

a) Promover os compromissos expressos na Carta Europeia para a Igualdade entre Homens e Mulheres na vida local;

b) Assegurar a participação nos grupos de trabalho das autarquias e da igualdade de género da Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações (RSO PT);

c) Instituir e assinalar o Dia Municipal da Igualdade e Cidadania;

d) Acompanhar a execução das medidas de política local na perspetiva da igualdade de género, cidadania e não – discriminação, promover formação dirigida aos/às trabalhadores/as, agentes da comunidade e população em geral e conceber programas/projetos/ações conducentes à promoção da igualdade de género, em colaboração com outras entidades de âmbito local, regional, intermunicipal, nacional e/ou internacional;

e) Sensibilizar para a utilização da linguagem e imagens inclusivas em todos os processos de comunicação interna e externa do Município;

f) Promover e gerir o Protocolo de Cooperação da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis do Concelho de Odivelas;

g) Assegurar a execução do Protocolo de Cooperação celebrada com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;

h) Contribuir para a definição de políticas de prevenção e de combate a todas as formas de violência, conceber programas/projetos/ações em colaboração com outras

entidades e acompanhar a execução das medidas de política local na prevenção de todas as formas de violência e de tráfico de seres humanos e promover formação dirigida aos/às trabalhadores/as, agentes da comunidade e população em geral;

i) Participar nas atividades/ações promovidas pela Rede de Municípios Amigos da Diversidade (RMAD);

j) Implementar projetos e atividades que promovam a integração, o respeito pela diversidade cultural e religiosa, a mediação e a educação interculturais, os direitos das minorias étnicas, das pessoas refugiadas e da população imigrante, divulgar junto da população imigrante as ações de formação em competências básicas e língua portuguesa lecionadas gratuitamente pelas escolas parceiras da autarquia e promover o acesso a um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa;

k) Intervenção e acompanhamento de imigrantes em situação irregular e/ou situação de vulnerabilidade social e encaminhamento para as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais mais adequadas;

l) Dinamizar áreas de investigação através da elaboração e/ou participação em estudos enquadrados nas áreas de intervenção desta unidade orgânica, que se prendem com a Promoção da Igualdade e Cidadania e que contribuam para o retrato do concelho de Odivelas, em colaboração com diferentes agentes e entidades da comunidade com competência nestas matérias, incluindo instâncias de ensino superior, por via do Núcleo de Investigação e Diagnóstico (NID) constituído por elementos do GSIC;

m) Implementar protocolos de cooperação com entidades públicas e/ou privadas, no âmbito das áreas da Igualdade e Cidadania;

n) Promover e articular atividades conjuntas com as entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, sedeadas e/ou a desenvolver atividades no âmbito da Igualdade e Cidadania no concelho de Odivelas e procurar apoiá-las a nível logístico.

II

a) A subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para a subdelegada sobre o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

b) A subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;



c) A subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.^a parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

d) Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido à subdelegante, a subdelegada abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 5 de fevereiro de 2018

A Vereadora

Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do
Despacho N.º 07/PRES/2018, de 12.jan

(Susana Santos)

DESPACHO N.º 03/VSS/2018

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos na Senhora Chefe da Divisão de Habitação, Dra. Inês Martins de Barros dos Santos Fradique.

Considerando que a delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio encontra consagração constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite às Autoridades Administrativas conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL), conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (abreviadamente, designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ao abrigo do disposto no Despacho n.º 07/PRES/2018, de 12 de janeiro de 2018, referente à Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na ora signatária, **subdelego**, pelo presente Despacho, **na Senhora Chefe da Divisão de Habitação, INÊS MARTINS DE BARROS DOS SANTOS FRADIQUE**, as competências abaixo discriminadas que serão exercidas **no âmbito da citada Divisão**:

I

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas, bem como a que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o

Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar;

2. Autorizar o gozo de férias dos trabalhadores afetos a esta divisão, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados dos trabalhadores, e ausências ao serviço por pequenos períodos, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

3. Controlar a assiduidade, visando informações, mapas e relatórios de assiduidade;

4. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;

5. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro dos limites previstos no artigo 120.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

6. Visar Boletins de trabalho suplementar e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;

7. Propor a instauração de procedimentos disciplinares;

8. Praticar atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória.

II

1. A subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para a subdelegada sobre o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser, a todo o tempo, objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. A subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação, em conformidade com o disposto na 1.^a parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido à subdelegante, a subdelegada abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.



Odivelas, 5 de fevereiro de 2018.

A Vereadora
Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do
Despacho N.º 07/PRES/2018, de 12.jan

(Susana Santos)

DESPACHO N.º 04/VSS/2018

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora
Ana Susana Oliveira dos Santos no Senhor Adjunto, Dr.
Luís Manuel Oliveira Gomes da Costa

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 42.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL), conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (abreviadamente, designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ao abrigo do disposto no Despacho n.º 07/PRES/2018, de 12 de janeiro de 2018, referente à Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na ora signatária, **subdelego**, pelo presente Despacho, no **Adjunto do Gabinete de Apoio à Vereação, Senhor Dr. LUÍS MANUEL OLIVEIRA GOMES DA COSTA**, as competências abaixo discriminadas que serão exercidas **no âmbito do citado Gabinete**:

I

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas, bem como a que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar;
2. Praticar atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória;
3. Solicitar quaisquer informações destinadas a instruir os procedimentos administrativos, com o objetivo de preparar o exercício da minha competência decisória;
4. Proceder à coordenação de grupos de trabalho e assegurar a realização de reuniões internas e externas sempre que necessário;
5. Elaborar análises e sínteses, e apresentar novas propostas e soluções de trabalho;
6. Acompanhar a tramitação de processos e assegurar a comunicação com o exterior;

7. Substituir-me nas minhas ausências e impedimentos;

8. Aprovar notas de imprensa, conteúdos programáticos das iniciativas dos serviços da ora signatária, em articulação com o GCMA;

9. Exercer o controlo sobre a prática de todos os atos administrativos e assuntos cometidos ao Setor Educativo e Pedagógico;

10. Exercer o controlo sobre a prática de todos os atos administrativos e assuntos cometidos ao Setor de Intervenção e Sucesso Educativo.

II

1. A subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;
2. A subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser, a todo o tempo, objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;
3. A subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;
4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido à subdelegante, o subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 5 de fevereiro de 2018.

A Vereadora
Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do
Despacho N.º 07/PRES/2018, de 12.jan

(Susana Santos)



OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 02/GCMA/2018

Assunto: Revogação da subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa

Eu, Luís Miguel Soares Silveiro, Coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, revogo o meu despacho 01/GCMA/2018, de 15 de janeiro de 2018, uma vez que, na presente data, cessou o impedimento nele invocado.

Odivelas, 14 de fevereiro de 2018

O Coordenador
do Gabinete de Comunicação e Modernização
Administrativa

(Luís Miguel Silveiro)

EDITAIS

EDITAL N.º 02/PRES/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 5/2011
Bairro Alto de Famões
União das Freguesias de Pontinha e Famões

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2011 do Bairro Alto de Famões para os lotes 1, 2, 6, 7, 19, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 53, 57, 60, 66, 70, 76, 77, 79, 84, 97, 111, 116, 117, 123, 124, 131, 134, 138, 139, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 163, 165, 167, 169, 170, 171, 173, 176, 180, 183, 184 e parcelas de cedência B, C, E, H e J consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 44673/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 10 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 03/PRES/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2007
Bairro Quinta das Pretas
União das Freguesias de Pontinha e Famões

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2007 do Bairro Quinta das Pretas para o lote 13 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área



do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 4822/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 10 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 006/PRES/2018

**CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 7/2001
Bairro dos Pedernais
União das Freguesias de Ramada e Caneças**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001 do Bairro dos Pedernais para os lotes B98, B112, B115, B117, B154A, C3 e D76 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo. O processo de loteamento n.º 33688/LO encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 19 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 007/PRES/2018

**CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2003
Bairro Vale Pequeno
União das Freguesias de Pontinha e Famões**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2003 do Bairro Vale Pequeno para o lote 356 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 47685/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 19 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 41/PRES/2017, de 30 de outubro de 2017, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de janeiro de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/1380, de 2018.01.31:

Divisão de Habitação

EDOC/2018/4583
Interno/2018/1003 de 2018/01/23
Assunto: APHM – Associação Portuguesa de Habitação Municipal – Pagamento de Quotas/2018 – Aviso de Cobrança n.º 19/2018 – Contribuição Pecuniária 2018
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. À DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento do valor de 1.000€ (mil euros) à APHM - Associação Portuguesa de Habitação Municipal relativa à contribuição pecuniária do ano de 2018, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06.”
Data da decisão: 2018/01/26

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2018/2176
Interno/2018/422 de 2018/01/10
Assunto: Plano de Regularização – Josefa Elisa Pereira – Rua Bordalo Pinheiro, n.º 10 – R/C Esq. - Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para envio do ofício a comunicar a aprovação do Acordo de Regularização de Dívida de Rendas em Atraso e posterior informação ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2018/01/18

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2017/41008
Interno/2017/13831 de 2017/11/29
Assunto: Construção Precária n.º 20N, Bairro do Barruncho, U.F. Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto. Colocação de caravana anexa à mesma.
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Segue ofício assinado.”
Data da decisão: 2018/01/18

EDOC/2017/72528
Interno/2018/71 de 2018/01/04
Assunto: Transmissão de Contrato de Arrendamento – Nome: Ana Lucília – Morada: Largo António Aleixo, n.º 9 – 4º F - Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Seguem Contratos de Arrendamento Apoiado assinados. À DH para envio do ofício e posterior informação ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2018/01/15

EDOC/2017/73298
Interno/2018/28 de 2018/01/03
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Largo António Aleixo - Odivelas - Pagamento de Quotas 2018
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento do valor de 162,00€ (cento e sessenta e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 8, à Administração de Condomínio do prédio n.º 11- Largo António Aleixo, Odivelas.”
Data da decisão: 2018/01/16

EDOC/2017/73586
Interno/2018/468 de 2018/01/04
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Rua Pêro Vaz Caminha - Pontinha - Pagamento de Quotas 2018
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento do valor de 96,60€ (noventa e seis euros e sessenta centimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, à Administração de Condomínio do prédio n.º 11, Rua Pêro Vaz de Caminha, Pontinha.”
Data da decisão: 2018/01/16

EDOC/2018/245
Interno/2018/11 de 2018/01/03
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 21, Av. Bombeiros Voluntários - Pontinha - Pagamento de Quotas 2018
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. À DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento do valor de 420,00€ (quatrocentos e vinte euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, à Administração de Condomínio do prédio n.º 21 Av. Bombeiros Voluntários - Pontinha.”
Data da decisão: 2018/01/16

EDOC/2018/1132
Interno/2018/786 de 2018/01/18
Assunto: Aditamento ao contrato de arrendamento de fogo Prohabita II – Acordo 574 sito na Rua Paiva de Andrade, 11 – 3º Esq., em Odivelas, a favor de Soventimo, Lda. representada pelo Sr. Dr. Álvaro Araújo
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À consideração do Sr. Presidente da Câmara, com proposta de: a) assinatura dos aditamentos ao contrato de arrendamento para habitação do fogo em Odivelas arrendado pela CMO no âmbito do PROHABITA, bem como assinatura do ofício a enviar ao IHRU a comunicar o aditamento por alteração de titularidade do referido imóvel; b) Posterior devolução à DH para tramitação subsequente e conhecimento à DFA.”
Data da decisão: 2018/01/22



EDOC/2018/5711

Interno/2018/1115 de 2018/01/25

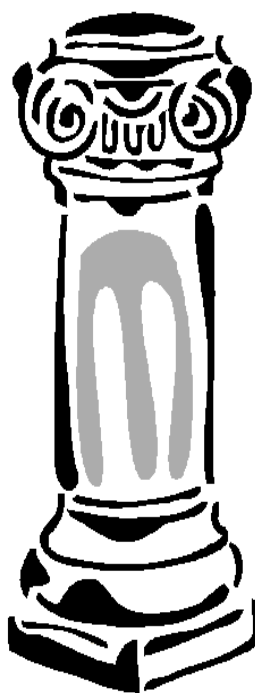
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Praceta 25 de Agosto -
Famões - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao
informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento,
compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/01/30



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 15 de fevereiro de 2018

DELIBERAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO

PELA CONTINUAÇÃO DA REABILITAÇÃO ESTRUTURAL DA ESCOLA BÁSICA 2/3 AVELAR BROTERO

A Escola Básica 2/3 Avelar Brotero, incorporada no Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, é um estabelecimento de ensino transversal a diversas gerações por onde já passaram milhares de jovens no seu percurso escolar.

Este equipamento escolar tem atualmente 400 alunos e perto de 60 agentes educadores, entre professores e auxiliares.

A atividade educativa e curricular desenvolve-se num edifício antigo e desajustado à realidade e necessidades educacionais do Séc. XXI.

Com mais de 50 anos de existência, esta escola faz parte da identidade histórica e social de Odivelas, sendo por isso parte integrante da vida escolar e social de milhares de cidadãos.

Fruto das recomendações e reivindicações efetuadas pela Comunidade Escolar, Órgãos Autárquicos e restante Comunidade, levaram à inspeção das condições estruturais do edifício pelas entidades competentes.

Em 2017, o caminho percorrido resultou em obras de remodelação no Equipamento.

Do conjunto de obras necessárias e há muito aguardadas, foram possíveis devidos à cooperação e investimento do Ministério da Educação, bem como ao protocolo tripartido assinado entre a Câmara Municipal de Odivelas, a DGEstE e o Agrupamento Adelaide Cabette, tendo a Câmara Municipal de Odivelas disponibilizado numa

primeira fase, as verbas necessárias à consumação das obras.

Assim, com base no valor disponibilizado de € 130.000,00, foi possível serem realizadas vários melhoramentos, nomeadamente a pintura da fachada sul da Escola, substituição de caixilharias e estores de salas de aula da mesma fachada do edifício principal, resolução do excesso de luz em algumas salas de aula, bem como a remodelação de parte do piso exterior do pátio da Escola.

Estas obras que são de enaltecer, já que há tanto tempo aguardadas e necessárias, são por isso um contributo importante para a remodelação da Escola Avelar Brotero.

No entanto, ao longo da sua vida, este equipamento educativo não teve qualquer obra de manutenção e conservação de fundo. É possível constatar in loco e de forma inequívoca a necessidade de uma intervenção mais profunda, no sentido de reabilitar o conjunto edificado e permitir o desempenho da sua função educativa de forma moderna e qualificada, e assim ampliar o seu tempo de vida para as novas gerações de alunos.

Na condição atual, deficiências e carências construtivas podem aumentar o risco da segurança física e material das pessoas que vivem diariamente nesta escola.

Assim, torna-se vital que as obras de reabilitação e conservação continuem de forma profícua, para que seja possível a esta Escola ser um local de conhecimento, cidadania, desenvolvimento e modernidade e com as devidas e efetivas condições de bem-estar e de segurança para todos.

1 - A Assembleia Municipal de Odivelas delibera recomendar à Câmara Municipal de Odivelas que:

- Continue a desenvolver junto do Ministério da Educação todos os esforços no sentido de uma rápida intervenção na Escola do Ensino Básico 2/3 Avelar Brotero tendo em vista a sua total reabilitação e conservação.

2 - A Assembleia Municipal de Odivelas delibera recomendar ao Ministério da Educação que:

- Continue com as obras de conservação e reabilitação iniciadas no ano de 2017 na Escola do Ensino Básico 2/3 Avelar Brotero, pois o estado de conservação da referida Escola assim o exige.

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por unanimidade.)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 16 de fevereiro de 2018

(Aprovada por unanimidade)



PROPOSTA

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

INCLUSÃO DE CONSELHOS PARA MAIOR EFICIÊNCIA NO CONSUMO NA FATURA DE ÁGUA

A água é um recurso natural limitado, no nosso planeta. E deve ser utilizada para o benefício dos seres vivos e seus ecossistemas, preservando a continuidade hídrica dos cursos de água.

Esta assembleia já aprovou uma proposta que vai no sentido de melhorar a eficiência no consumo de água por parte dos serviços autárquicos. Queremos contribuir também neste esforço de adaptação de estruturas e comportamentos para a poupança de água.

Considerando que:

- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, a 30 de julho, refere que: “Os impactos de recentes eventos extremos, tais como ondas de calor, secas, cheias e fogos florestais, demonstram a significativa vulnerabilidade e exposição à variabilidade climática de alguns ecossistemas e de muitos sistemas humanos. (...). Portugal encontra-se entre os países europeus com maior potencial de vulnerabilidade aos impactos das alterações climáticas. “;
- Na Europa foi lançada em 2013 uma Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas, a qual visa apoiar o desenvolvimento de processos de adaptação a nível local, promovendo cidades mais resilientes;
- Acharmos nuclear criar um grupo de trabalho para promover a adesão da C.M.Odivelas ao programa ClimADPT.Local que consiste em adotar estratégias Municipais de adaptação e mitigação face às alterações climáticas.

Trata-se de um problema global que todos, sem exceção, temos que participar, o **Partido Pessoas - Animais - Natureza (PAN)** propõe que a Assembleia Municipal de Odivelas delibere recomendar à CM Odivelas o seguinte:

O PAN propõe:

Face às evidências acima referidas de impacto no desperdício da água e da falta dela, recomendamos e partilhamos algumas medidas que já estão a ser empregues noutras autarquias:

- 1- Colocação de limitadores de caudal em todas as torneiras, em todos os espaços públicos: lavabos; piscinas; balneários; pavilhões (chuveiros).
- 2- Utilização de águas residuais (tratada) na lavagem das ruas e frota de viaturas camarárias.

3- Plantar nos espaços verdes espécies autóctones, mais resilientes e que exijam menos rega.

4- Adotar mais programas de sensibilização à população para a poupança da água.

5- Incluir na fatura dos SIMAR boas práticas e conselhos para uma maior poupança no consumo de água

(Documento apresentado pela bancada do PAN – Aprovado por unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 16 de fevereiro de 2018

(Aprovado por unanimidade)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

COLOCAÇÃO DE PASSADEIRAS

Considerando que:

1. O elevado número de viaturas que circulam na Avenida das Acácias, aumentado pela abertura da bomba de combustível;
2. A inexistência de passeio em grande parte das bermas da estrada, leva a que os peões que aí circulam do lado onde está o passeio, quando querem atravessar para o outro lado, maioritariamente, fazem-no quase em cima do cruzamento;
3. Por forma a evitar situações gravosas para os peões é necessário a colocação de uma passareira nas zonas indicadas ou em outra que também seja viável.



Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 15 de fevereiro de 2018, recomenda ao executivo municipal que:

1. Promova a colocação de passagens de peões naquela área da Avenida das Acácias;



2. Elabore um plano para identificar as zonas do concelho que têm falta de passagens de peões, travessias pedonais mal localizadas e passadeiras por pintar;

3. Execute o plano referido no ponto anterior no prazo máximo de 6 meses.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do CDS/PP, PAN, PPD/PSD, CDU e BE e a abstenção da bancada do PS.)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 16 de fevereiro de 2018

(Aprovado por maioria)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

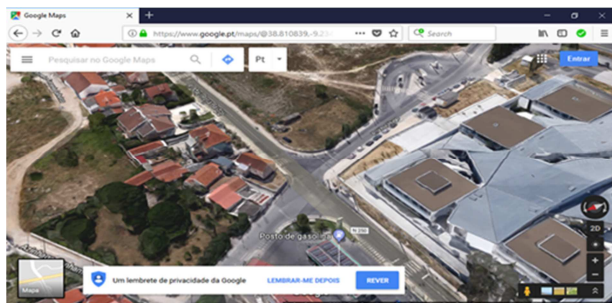
REPROGRAMAÇÃO DOS SEMÁFOROS JUNTO À ESCOLA SECUNDÁRIA DE CANEÇAS

Considerando que:

1. No cruzamento que abrange a Escola Secundária de Caneças, a bomba de combustível e a Estrada Nacional EN 250 existia um sinal de stop, do lado da área de serviço, que entretanto foi retirado;

2. Esse sinal marcava a passagem prioritária de veículos para a mesma faixa de rodagem na EN-250, uma vez que o semáforo fica verde em simultâneo para quem vem do Casal Novo e da estrada da Azinhada do Canhamato (ligação do Arco Maria Teresa à estrada nacional);

3. A conflitualidade rodoviária e os acidentes de viação passaram a ser uma constante nessa zona;



Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 15 de fevereiro de 2018, recomenda ao executivo municipal que:

1. Em conjunto, com as entidades competentes, promova a avaliação de programação dos semáforos no cruzamento

de acesso à Escola Secundária de Caneças, por forma a que os sinais não fiquem verde em simultâneo.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por unanimidade.)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 16 de fevereiro de 2018

(Aprovado por unanimidade)

VOTOS DE CONGRATULAÇÃO

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELA REGULARIZAÇÃO LABORAL DE 42 PESSOAS COM VÍNCULO JURÍDICO INADEQUADO NA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Vivemos hoje uma realidade completamente distinta da que foi imposta aquando da governação do XIX Governo Constitucional liderado por Pedro Passos Coelho.

A esmagadora maioria da população ainda se lembra do então Primeiro-Ministro afirmar com veemência que a ação do Governo seria além da Troika!

E foi, com os efeitos negativos que sabemos!

A doutrina de choque aplicada à sociedade portuguesa e suas instituições, a par da constante nomeação de culpados em estilo inquisitório, foi um dos motes para o projeto de desestruturação das instituições públicas, divisão social, desvalorização do trabalho, do rendimento e empobrecimento generalizado da população e sociedade!

Entre 2011 e 2015 a Social Democracia e Democracia Cristã estiveram ausentes da governação e esses tempos tempestuosos e de oportunismo ideológico neo liberal estão hoje condicionados à resignação!

O Poder Local foi um dos visados desta deriva dessa Direita neo liberal!

Com o XXI Governo constitucional liderado pelo Partido Socialista e a coligação parlamentar entre Partido Socialista, Bloco de Esquerda, Partidos Os Verdes e o Partido Comunista Português, a realidade política, institucional, social e económica mudaram e demonstraram, em pouco tempo, que existia caminho alternativo à pobreza, desalento e enfraquecimento estrutural do Estado!



A governação socialista e a coligação parlamentar derrotaram a austeridade!

Fruto das políticas de emprego que o Governo socialista vem a desenvolver desde o início desta legislatura, é expressiva a inversão do desemprego e melhorias das condições económicas do país!

Negar este facto é a demonstração estrutural de cegueira política!

Através do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP), no passado dia 21 de Janeiro, o Executivo Municipal deu um passo importante para a regularização das 42 pessoas que se encontravam em situação de vínculo jurídico inadequado.

Nessa data foi aprovada a abertura de concursos destinados à regularização de todas as situações identificadas conforme os termos do Artigo 10.º e seguintes da Lei n.º 112/2017, de 29 de Dezembro, prevendo-se a conclusão deste processo até ao final do próximo mês de Março.

O Município de Odivelas é dos primeiros, senão mesmo o primeiro, a identificar nominalmente e a reconhecer os seus trabalhadores que exercem funções correspondentes a necessidades permanentes com vínculo desadequado.

É importante recordar também que o Município de Odivelas foi dos primeiros a nível nacional a retomar as 35 horas semanais.

A Assembleia Municipal de Odivelas reunida na 1.ª Sessão Extraordinária de 2018, delibera:

1. Congratular-se com a identificação e reconhecimento das 42 situações que correspondem a necessidades permanentes da Câmara Municipal de Odivelas com vínculo jurídico inadequado e identificação dos trabalhadores e das funções exercidas;

2. Congratula-se com a abertura de concursos nos termos previstos na Lei n.º 112/201, de 29 de Dezembro, em face do reconhecimento dos trabalhadores identificados e da sua regularização de vínculo laboral;

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, CDS/PP, PAN, CDU e BE e com a abstenção da bancada do PPD/PSD).

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 16 de fevereiro de 2018

(Aprovado por maioria)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELA CONQUISTA DO EUROPEU DE FUTSAL

A seleção portuguesa de futsal sagrou-se, no passado sábado, campeã europeia pela primeira vez ao bater a Espanha por 3-2, resultado alcançado no prolongamento, na final do Europeu de 2018, disputado em Liubliana, na Eslovénia.

Esta foi a segunda presença da seleção portuguesa numa final, depois de, em 2010, no Europeu da Hungria, Portugal ter perdido, curiosamente, contra a Espanha por 4-2.

A seleção portuguesa foi capitaneada por Ricardo Filipe da Silva Duarte, mais conhecido por Ricardinho, eleito o melhor jogador do mundo desta modalidade nos anos de 2010, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Munícipe de Odivelas, Ricardinho foi em 2013 agraciado pela Câmara Municipal de Odivelas com a Medalha Municipal de Mérito, grau prata.

Odivelas, tem sido não só um concelho dinamizador desta modalidade através do Pavilhão Multiusos, mas também palco de grandes encontros nacionais e internacionais, numa modalidade que recolhe cada vez mais não só praticantes como também adeptos.

Reunida em sessão extraordinária em 15 de Fevereiro de 2017, a Assembleia Municipal de Odivelas associa-se a todos os que vibraram com esta conquista e através do seu capitão Ricardinho, felicita todos os jogadores, equipa técnica e demais responsáveis que contribuíram para mais esta enorme conquista do desporto português.

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por unanimidade.)

- A ser aprovado enviar para a Federação Portuguesa de Futebol

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 16 de fevereiro de 2018

(Aprovado por unanimidade)



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Partido Social Democrata congratula-se com a regularização dos vínculos precários da Câmara Municipal de Odivelas identificados como correspondendo a necessidades permanentes.

E assim, saúda todos os trabalhadores por terem a possibilidade (alguns ao fim de muitos anos) de aceder a um vínculo laboral estável e duradouro.

(Documento apresentado pela bancada do PPD/PSD – Aprovado por unanimidade.)

Distribuir pelos Deputados Municipais

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 16 de fevereiro de 2018

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR

VOTO DE PESAR – EDMUNDO PEDRO

Edmundo Pedro, nascido no Samouco, Alcochete, em Novembro de 1918, foi um herói da luta contra a ditadura derrubada em Abril de 1974 e que entregou toda a sua vida – antes e depois dessa data libertadora – a um sempre incansável combate pelos valores da Liberdade e da Democracia, constituindo uma incontornável referência de coragem e de combatente político para todos os democratas.

Foi preso pela primeira vez em 1932, com apenas 15 anos de idade, tendo sido militante do PCP preso pela ditadura por várias vezes, conhecendo bem a repressão e os cárceres da ditadura, passando pelo Aljube, Peniche e Caxias. Foi o mais jovem preso político no sinistro campo de concentração do Tarrafal, onde passou dez anos, debaixo das mais infra-humanas condições. Libertado em 1946, envolveu-se em várias conspirações e tentativas de derrube da ditadura fascista, que lhe valeram mais uma prisão, na sequência do assalto ao quartel de Beja, em 1962.

Militante do PS, logo após o 25 de Abril, revelou-se também um elemento-chave no combate que foi preciso travar nesse período para evitar todas as tentações totalitárias, o que lhe veio a valer acusações injustas que a Justiça e a História acabaram por demonstrar serem totalmente falsas.

Deixa-nos várias obras essenciais para um profundo conhecimento do século XX português e um precioso legado, que deve orgulhar todos os democratas portugueses e, em particular, os seus camaradas socialistas.

Deputado do PS em várias legislaturas, Edmundo Pedro deixou em todos os que com ele tiveram a felicidade de contactar um traço indelével de humildade, humanidade e coragem, que manteve até ao fim dos seus dias, neste ano em que iria cumprir os seus cem anos.

Força e coragem que o tornam numa eterna referência.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 15/02/2018, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Edmundo Pedro, destacado democrata e lutador antifascista e apresenta à sua família as suas mais sentidas condolências.

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, CDS/PP, PAN, PPD/PSD, CDU e BE e a abstenção da bancada do CDS/PP.)

A enviar para a família

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 16 de fevereiro de 2018

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

“CTT É NECESSÁRIO IMPEDIR A DESTRUIÇÃO DOS CTT INICIANDO UM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DO SEU CONTROLO PÚBLICO”

Pela bancada da CDU, Coligação Democrática Unitária, foi apresentada uma moção, com o título “CTT-é necessário impedir a destruição dos ctt iniciando um processo de recuperação do seu controlo público” (documento n.º 8), que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a moção rejeitada.

(Rejeitada - votos a favor das bancadas do CDS/PP, PAN, CDU e BE, abstenção do PPD/PSD e votos contra da bancada do PS)



VOTO DE PROTESTO

VOTO DE PROTESTO

CONTRA O REGIME DE NICOLÁS MADURO

É imperativo denunciar o caos social, político e económico que se vive na ditadura de Nicolás Maduro.

Os conflitos nas ruas, as pilhagens e as intervenções dos militares e forças de segurança em manifestações políticas e os confrontos entre venezuelanos são o resultado de um regime falhado. Um regime que já não tem legitimidade junto do povo que devia servir e que se refugia em manobras de sobrevivência, como a farsa da assembleia constituinte.

A situação dos portugueses é particularmente grave. Muitos dos nossos compatriotas já regressaram, em grande número, a Portugal, sobretudo à Região Autónoma da Madeira. Outros procuram refúgio em países da América do Sul, mas largos milhares continuam na Venezuela, com graves problemas relacionados com a falta de acesso a bens essenciais, como medicamentos.

A Venezuela precisa de paz e de progresso. É fundamental garantir a livre expressão de todos, de não condicionar os jornalistas, de organizar eleições livres para uma Assembleia Nacional democraticamente eleita, de garantir a independência dos tribunais e de permitir a entrada de bens essenciais no país que ocorram às necessidades urgentes da população venezuelana.

A Venezuela precisa de reencontrar a democracia.

A ser aprovado este voto, deverá o mesmo ser enviado ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República e a todos os partidos políticos com assento parlamentar.

(Documento apresentado pela bancada do PPD/PSD - Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, CDS/PP, PAN, PPD/PSD e contra da bancada do BE e da CDU).

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 16 de fevereiro de 2018

(Aprovado por maioria)

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

NOVO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

Presente para deliberação a “Proposta de Autorização de despesa para abertura de novo procedimento de concurso público para fornecimento de energia elétrica a instalações/equipamentos municipais e instalações de iluminação pública em regime de mercado livre, para vigorar entre 01.07.2018 e 30.06.2021”. O procedimento anterior (aprovado na 6.º reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2017, de 22 de março e na 5.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas de 2017, de 29 de março – Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 7/2017, pág. 7 e 55), foi objeto de revogação devido ao facto de todas as propostas reacionadas terem excedido o valor base definido para o mesmo, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/163, de 2018.01.05, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos aprovados na 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 24 de janeiro de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 2 de 2018*, página 9).

A despesa a autorizar (valor base) será de acordo com o seguinte quadro constante na Informação n.º Interno/2018/163, de 2018.01.05, página 2:

	01/07 a 31/12/2018 (6 meses)	01/01 a 31/12/2019 (12 meses)	01/01 a 31/12/2020 (12 meses)	01/01 a 30/06/2021 (6 meses)
Valor do consumo (acrescido de IVA a 23%)	1.158.780,49 €	2.382.601,63 €	2.455.772,36 €	1.264.471,54 €
Valor da C. Audiovisual (acrescido de IVA a 6%)	9.150,94 €	18.301,89 €	18.301,89 €	9.150,94 €
Despesa a autorizar	€ 7.316.531,68 acrescido de IVA			

(Aprovado por maioria)

PROCESSO N.º 112/DPUPE/SPDM

REDELIMITAÇÃO DA UOPG-03-NÓ RODOVIÁRIO REGIONAL DE ODIVELAS E DA UOPG-02-VERTENTE A SUL DE ODIVELAS ESQUEMA DIRETOR DA UOPG-03-NÓ RODOVIÁRIO REGIONAL DE ODIVELAS;

Redelimitação da UOPG-03-Nó Rodoviário Regional de Odivelas e da UOPG-02-Vertente a Sul de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º 039/DPUPE/FL/2017 de 2017.12.04, constante de folhas 50 a 54 do processo n.º 112/DPUPE/SPDM,



remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas nos termos aprovados na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, Quadriénio 2017/2021, realizada em 13 de dezembro de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 26 de 2017*, página 19).

Esquema Diretor da UOPG-03-Nó Rodoviário Regional de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º 039/DPUPE/FL/2017 de 2017.12.04, constante de folhas 50 a 54 do processo n.º 112/DPUPE/SPDM, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas nos termos aprovados na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, Quadriénio 2017/2021, realizada em 13 de dezembro de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 26 de 2017*, página 19).

“1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de um Plano de Pormenor (PP) para um conjunto de parcelas denominadas, para efeitos deste trabalho, como Interface do Senhor Roubado, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). O PP proposto resulta da área da UOPG 03 — Nó Rodoviário Regional de Odivelas, do Plano Diretor Municipal de Odivelas (PDMO), aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2. Série, de 02/setembro/2015.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção do Plano de Pormenor do Interface do Senhor Roubado corresponde à totalidade da área da SubUOPG 04, delimitada no Esquema Diretor da UOPG 03 - Nó Rodoviário Regional de Odivelas e conforme o seu estudo de desenvolvido para respetiva unidade de gestão.

O território da SubUOPG 04 localiza-se na área do Interface do Senhor Roubado e sua envolvente apresentando realidades diversas em termos de características físicas e de ocupação funcional do solo.

Por um lado o espaço a Sul corresponde à vertente com uma inclinação de cerca de 28% (da cota 25m à 100m) onde predomina uma ocupação de coberto vegetal naturalizado.

No sopé desta vertente até à Rua do Sr. Roubado, para Este existe o interface com o edifício da estação, circulação dos transportes públicos e estacionamento. Esta área tem classificação em PDM, como espaço Urbanizado Central de nível 1, para Oeste, em Área de

Atividades Económicas a Requalificar, existe um conjunto de armazéns em estado de ruína.

A norte deste arruamento até à infraestrutura rodoviária do IC17 (CRIL), com urna topografia nivelada da várzea do Rio da Costa, área que vai sendo ocupada por uma pequena exploração agrícola sendo a restante área naturalizada. A maioria desta área e a que se encontra em espaço Central de nível 1, integram uma área intermodal de transporte das Áreas de Uso Especial Complementar.

3. ANTECEDENTES

A área de intervenção deste PP, pelas suas características e localização tem sido objeto de estudos urbanísticos para a sua ocupação e utilização, no entanto depois da implantação da estação do metropolitano, esta área tem sido uma prioridade para a CMO promover o ordenamento desta zona, pelo que em 24 de Julho de 2001, foi aprovado na 15.ª Reunião da Comissão Instaladora do Município de Odivelas a “Elaboração do Plano de Pormenor da Zona de Interface do Senhor Roubado”.

Contudo, verificou-se face às contingências da época, com a inauguração da estação do metropolitano e à rápida necessidade de dotar este espaço com infraestruturas complementares ou de apoio à dinâmica criada nesta zona. A decisão de dar início à elaboração do PDM de Odivelas veio contribuir para que este instrumento de planeamento e gestão se tornasse desatualizado o que se refletiu no seu desenvolvimento.

Com a aprovação do Plano Diretor Municipal de Odivelas, em 2015, surge uma nova oportunidade, consubstanciada nos Objetivos Gerais de Desenvolvimento e Objetivos Programáticos da UOPG 03 Nó Rodoviário Regional de Odivelas, nomeadamente:

- Qualificação Urbana e ambiental de um espaço com fortes impactes ambientais;
- Deficiente integração morfológica dos tecidos urbanos adjacentes;
- Minimizar os efeitos de barreira das ligações rodoviárias da rede regional e rede local.

4. OBJETIVOS DO PLANO DE PORMENOR

Considerando as características do território da SubUOPG 04, a sua localização como foi referido tem uma grande dinâmica de circulação, com uma grande área ainda por consolidar, importa garantir que resulte num espaço com impacto positivo e qualificador deste território do Senhor Roubado.



A sua definição deverá ser desenvolvida ao nível de um plano de pormenor, cujos termos deverão respeitar os objetivos programáticos da SubUOPG, tais como:

- Dotar de equipamentos de apoio à população utente desta zona;
- Requalificação do espaço ocupado pelo edificado e existente e em ruína;
- Promover em soluções ajustadas à valorização da mobilidade e estacionamento de apoio ao Interface;
- Avaliação da possibilidade de atravessamento pedonal da CRIL de modo seguro e confortável através de uma passagem desnivelada;
- Melhoria na articulação com a sua envolvente através de uma qualificação do conjunto edificado e do espaço público;
- Avaliar a necessidade de elaboração de estudos de pormenor para minimização de riscos, com vista à salvaguarda de pessoas e bens;
- Valorização dos espaços naturalizados, de modo a promover a sua utilização pela população.
- Adoção de medidas de minimização do ruído provocado pela proximidade da CRIL.

Em síntese, a área objeto do PP será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência.” (*Termos de Referência Plano de Pormenor do Interface do Senhor Roubado – novembro 2017*)

(Aprovado por maioria)

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ODIVELAS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas a proposta de deliberação n.º 01/AMO/2018 referente à “Designação de Representantes das Freguesias do Concelho de Odivelas para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta”, foi retirado da presente sessão.

(Aprovado por unanimidade)

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ODIVELAS

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ODIVELAS MANDATO AUTÁRQUICO 2017/2021

Presente para deliberação a “Proposta de Composição do Conselho Municipal de Educação de Odivelas Mandato Autárquico 2017/2021”, de acordo com a informação n.º Interno/2018/1281 de 2018.01.30, aprovada na 3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 7 de fevereiro de 2018, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, (presente *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, página 9).

Para efeitos de eleição do representante das juntas de freguesia, procedeu-se à votação por escrutínio secreto, da Proposta A, tendo sido indicado o Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas – Nuno Gaudêncio, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votos a Favor: 22;
Votos Nulos:1;
Votos Brancos:11;
Votos Contra: 3;
Total de Votos: 37 votos.

Assim ficou eleito como representante do Conselho Municipal de Educação de Odivelas, o Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas – Nuno Gaudêncio.

PONTO RETIRADO DA SESSÃO

PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DO “REGULAMENTO DO FUNDO DE AUXÍLIO SOCIAL DE EMERGÊNCIA” (FASE) E SUBSEQUENTE REVOGAÇÃO DO “REGULAMENTO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS” (FESMO)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas colocou à consideração do plenário a retirada do ponto n.º 5, “Proposta de Implementação do Regulamento do Fundo de Auxílio Social de Emergência (FASE) e Subsequente Revogação do Regulamento do Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas (FESMO)”, da Ordem de trabalhos em virtude do mesmo se encontrar em período de discussão pública.

(Aprovado por unanimidade)